

GABRIELA EMERY SACHSE DO CARMO

COLETIVOS URBANOS E SUBJETIVAÇÕES NA CIDADE

ASSIS

2019

GABRIELA EMERY SACHSE DO CARMO

COLETIVOS URBANOS E SUBJETIVAÇÕES NA CIDADE

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Assis, para a obtenção do título de Mestra em Psicologia. (Área de conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. José Sterza Justo

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

ASSIS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Vânia Aparecida Marques Favato - CRB 8/3301

C287c Carmo, Gabriela Emery Sachse do
Coletivos urbanos e subjetivações na cidade / Gabriela
Emery Sachse do Carmo. Assis, 2019.
84 p. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. José Sterza Justo

1. Cidades e Vilas. 2. Urbanização. 3. Subjetividade.
4. Sociologia urbana. 5. Assis (SP). I. Título.

CDD 158.2

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: COLETIVOS URBANOS E SUBJETIVAÇÕES NA CIDADE

AUTORA: GABRIELA EMERY SACHSE DO CARMO

ORIENTADOR: JOSÉ STERZA JUSTO



Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. JOSÉ STERZA JUSTO
Departamento de Psicologia Social e Escolar / UNESP/Assis


Profa. Dra. ALEJANDRA ASTRID LEÓN CEDEÑO
Departamento de Psicologia Social e Institucional / UEL/Londrina


Prof. Dr. RAFAEL DE OLIVEIRA RODRIGUES
Assis / SP

Assis, 12 de setembro de 2019

AGRADECIMENTOS

Aos amigos da CIRCUS, pela acolhida carinhosa que tiveram comigo.

Ao meu orientador e parceiro, pela disposição, empenho e compreensão durante todo o percurso de trabalho.

A todas as companheiras e companheiros do grupo de pesquisa.

Aos funcionários e trabalhadores da UNESP de Assis.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UNESP de Assis, em especial, ao professor Léo que me acompanhou e me incentivou desde o período de graduação.

A CAPES que possibilitou minha permanência neste Programa de Pós- Graduação.

Aos amigos de caminhada.

Aos meus pequenos, Zica, Larica e Hilda, meus companheiros de estimação.

À minha família que sempre me deu apoio.

*Como esconder e não ver que existe fim pra esse caso inadiável.
Coisas que a gente tem medo sem razão, não! Não diga!
Que essas coisas não se falam*

*/ [...] vira o bom senso onde fica? Fica num canto qualquer onde se entrega mulher
Onde o fogo acontece nunca é só o que é
É a paixão que devora pra se afogar no café
É o sabor da cachaça e o suor a correr
É a justiça trapaça e a liberdade de ser. Eu sei!*

*Quero o espírito aberto, bem louco, bem liberto entre o céu e o chão.
Coisas que a gente tem medo de dizer, não! Não diga!
Que essas coisas não se falam.*

*Amo e não grito apesar da vontade, a mordança.
Toda mudança ameaça nossa maneira de ser.
Onde o fogo acontece nunca é só que é.
É como um bando de traças sobre um retrato qualquer.
É um velho marujo com saudades do cais.
São as coisas que partem pra não voltar nunca mais.
Eu sei!*

(Burnier & Cartier, Elogio da Loucura, 1976)

CARMO, Gabriela Emery Sachse do. **Coletivos urbanos e subjetivações na cidade**. 2019. 84 P. Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo problematizar os processos de subjetivação na cidade a partir das práticas dos coletivos urbanos. Compreendendo os processos urbanos e subjetivos, não como duas entidades separadas, mas como processos congruentes, localizados num mesmo plano de existência, partimos da perspectiva, de que os processos de subjetivação estão em conexão e emergem dos campos, social, político, econômico, urbano, histórico. Neste trabalho de pesquisa, as ações coletivas são tomadas como disparador para pensar o urbano, visto que a cidade se dá como lugar comum das experiências, dos conflitos, das manifestações, um espaço social e político por natureza. Considerando o grande número de coletivos e suas diversidades de ações, o coletivo que será focalizado tem o nome de CIRCUS (Circuito de Interação de Redes Sociais), atua na cidade de Assis, interior de São Paulo. Instituída no ano de 2001 como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sua prática está ligada à promoção de circuitos sociais com propostas nas áreas de cultura, trabalho, saúde, socioambiental e educação. Para tanto, mediante o acompanhamento e participação nas atividades desenvolvidas pela CIRCUS, foram realizadas cartografias dos processos de subjetivação disparados por suas ações nos espaços da cidade. O trabalho da CIRCUS, articulado com outras coletividades produziu uma atuação contínua, de tal maneira, que foi possível construir um novo território de circulação, o Galpão Cultural. O espaço configura-se como ponto de referência para manifestações artístico-culturais, sendo território de produção de conhecimento e pesquisa, de defesa dos direitos sociais, de compartilhamento de experiências, de criação, de expressão. A prática coletiva pode anunciar novas dinâmicas de uso dos espaços da cidade, inserindo-se como um recurso capaz de possibilitar reflexões sobre os problemas do urbano.

Palavras-chave: Cidade. Espaço urbano. Coletivo. Processos de subjetivação.

CARMO, Gabriela Emery Sachse do. **Urban Collectives and Subjectivities in the City.** 2019. 84 P. Dissertation (Masters in Psychology). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2019.

ABSTRACT

This research aims to problematize the processes of subjectivation in the city from the practices of urban collectives. Understanding the urban and subjective processes, not as two separate entities, but as a congruent process, located on the same plane of existence, we start from the perspective that the processes of subjectivation are connected and emerge from the social, political, economic and urban fields historic. In this research, collective actions are a trigger to think about the urban, since the city is the common place of experiences, conflicts, manifestations, therefore a social and political space by nature. Considering the large number of collectives and their diversity of actions, the collective focused is the CIRCUS (Circuit of Interaction of Social Networks), operates in the city of Assis, São Paulo. Established in 2001 as a Civil Society Organization of Public Interest (OSCIP), its practice is to link the promotion of social circuits with proposals in the areas of culture, work, health, socio-environmental and education. For this, by following and participating in the activities developed by CIRCUS, cartographies were made of the subjectivation process triggered by their actions in the city. The work of CIRCUS, articulated with other communities, produced a continuous action, in such way that it was possible to build a new territory of circulation in a shed, called "Galpão Cultural". The space is a reference point for artistic and cultural manifestations, being a territory of knowledge production and research, defense of social rights, co-working experiences, creation, and expression. Collective practices can announce new dynamics of using city spaces, inserting itself as a capable resource that allows reflections on urban problems.

Keywords: City. Urban spaces. Collective. Subjectivation processes.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Fotografia da fachada do Galpão Cultural..... | 47 |
| Figura 2 - Programação das atividades do Galpão Cultural..... | 49 |
| Figura 3 - V Encontro de Palhaços..... | 52 |
| Figura 4 - Cartaz de Divulgação Mostra o Lixo..... | 54 |
| Figura 5 - Capa da Revista Circuito 6º Edição..... | 56 |
| Figura 6 - Cartaz de divulgação II FLiA-Mulheres..... | 57 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO | 11 |
| CAP.1 – CIDADE, AGLOMERAÇÕES E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE | 14 |
| 1.1 Cidade e a racionalidade moderna..... | 16 |
| 1.2 Cidade dos fixos e fluxos..... | 18 |
| 1.3 Discursos sobre vigilância e a apropriação do espaço pelo capital..... | 20 |
| 1.4 Coletivos urbanos..... | 22 |
| CAP.2 - SOBRE O MÉTODO: um caminho transdisciplinar | 24 |
| CAP.3 - A PESQUISA DE CAMPO: colhendo pistas, narrando histórias, desenhando mapas | 26 |
| 3.1 A cidade de Assis (SP): entre a Cidade Fraternal e a Zona de Meretrício..... | 26 |
| 3.1.2 Processos de urbanização da cidade de Assis..... | 29 |
| 3.2 Chegando à Assis e à CIRCUS..... | 34 |
| 3.2.1 CIRCUS - Circuito de Interação de Redes Sociais | 35 |
| 3.2.2 Das redes e frentes de trabalho..... | 38 |
| 3.2.3 Plano Diretor... <i>Participativo?</i> | 42 |
| 3.3 Galpão Cultural..... | 43 |
| 3.3.1 A ocupação: Galpão Cultural, Travessa Sorocabana, 40 - Centro..... | 45 |
| 3.3.2 Revira Galpão..... | 46 |
| 3.3.3 Do outro lado da linha do trem..... | 47 |
| 3.4 Circulando coletividades..... | 49 |
| 3.4.1 Encontro de Palhaços..... | 52 |
| 3.4.2 Mostra o Lixo..... | 53 |
| 3.4.3 Revista Circuito..... | 55 |
| 3.4.4 FLIA - Feira Literária de Assis..... | 56 |
| 3.5 O Risco..... | 60 |
| 3.5.1 Coletivos urbanos e políticas de fomento à Cultura e à Arte..... | 60 |
| CAP.4 - DA TUTELA À REPRESSÃO: reflexões sobre a trajetória das comunidades “organizadas” | 63 |
| 4.1 A recente trajetória dos Movimentos Sociais..... | 64 |
| 4.2 Organizações Não-Governamentais e o compromisso ético..... | 68 |
| 4.3 Considerações sobre os “novos movimentos sociais”: redes e a ação coletiva..... | 69 |
| CAP.5 - CIDADE, COLETIVOS E SUBJETIVAÇÕES | 71 |
| À GUIA DE CONCLUSÃO: des(Caminhos) | 77 |
| REFERÊNCIAS | 80 |

APRESENTAÇÃO

É recorrente observarmos nos espaços das cidades lugares que antes havia grande circulação de pessoas e que, no entanto, acabaram esvaziados por práticas de esgotamento. Esses espaços sofreram um declínio, resultando em sua desocupação (LIMA 2015). Paralelamente a isso ocorre a supervalorização dos espaços privados. Diante dessa desocupação, pessoas com o interesse em revitalizar e promover ações nessas áreas passa a ocupá-las mediante novas formas de uso, que segundo Aluizio Marino (2015), se refletiu na construção de coletivos dispostos a intervirem em sua dinâmica.

Por meio de intervenções artísticas e/ou outras formas de apropriação, muitos desses coletivos apresentam-se como articuladores de transformação dos espaços, criando territórios alternativos dentro da cidade. De acordo com Hori (2017), foi a partir dos anos 2000 que no Brasil movimentos coletivos começaram a surgir com propostas de ocupação nos espaços públicos. Também por uma necessidade de se promover eventos populares que muitas vezes ficam escassos ou anulados nas gestões públicas e que se revelam como sintoma social da precariedade de ações culturais, principalmente em pequenos municípios.

A produção de uma pesquisa que opte por falar de coletivos é parte do que a experiência proporcionada durante o período de graduação me provocou a desenvolver. Entre os anos de 2013 e 2017 fiz parte do Coletivo Espontaneísta, que deu início a sua trajetória no ano de 2007. Frente às políticas restritivas que estavam sendo implementadas no campus da FCL – Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP), mesma universidade em que realizei minha graduação em psicologia, alguns alunos começaram a promover intervenções artísticas nos espaços dessa. São construídos cenários para apresentações de teatro, *shows* de música, exposições de fotografias e pinturas, malabares, entre outras formas de expressão. Tais movimentações compunham a programação da chamada “Semana de Liberdade Criativa”, evento pelo qual o coletivo trabalha durante o ano para trazer artistas e arteiros, forasteiros de diversas regiões, do estado à fora. Hoje o coletivo segue como resistência, atuando não apenas na Universidade, mas percorrendo outros espaços da cidade.

Fazer parte de coletivos foi o que me despertou o interesse para buscar entender e refletir sobre como essas práticas se dão em outros coletivos e/ou grupalidades. Esse tipo de vivência desdobrou-se em indagações que aqui serão colocados para disparar algumas questões sobre o fazer coletivo, tomando como referência o espaço urbano. Desta maneira,

interessa compreender como se dá este modo de fazer, atuar e experimentar no urbano, de discutir as questões sociais e insurgir na cidade. Amarrada a esta inquietação, a cidade vem como ponto de partida para experimentar essas aproximações, pois é a cidade que se transforma quando coletivos propõem circuitos alternativos ou quando anunciam possibilidades na construção de novos espaços e territorialidades.

Considerando o grande número de coletivos e suas diversidades de ações, o coletivo que será focalizado neste trabalho de pesquisa tem o nome de CIRCUS (Circuito de interação de Redes Sociais) e instituiu-se como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de interesse Público), no ano de 2001. Sua prática está ligada à promoção de circuitos sociais, com propostas de ação nas áreas da cultura, trabalho, saúde e educação. Propõe e desenvolve eventos culturais, sociais e ambientais na cidade e região de Assis - SP.

Dialogar com teorias e práticas sobre cidade e intervenções coletivas revela-se como campo aberto a vários atravessamentos de diferentes fontes de autores e campos do saber. Deste modo, a interlocução com os autores David Harvey, Milton Santos, Henry Lefebvre, De Certeau e Raquel Rolnik irá compor os debates sobre cidades costurando a trama mercadológica que configura a capitalização do espaço e os modos de subjetivação empreendidos por este modelo. No diálogo com esses autores, nossa voz estará presente pela via do nosso trabalho de campo realizado junto a um coletivo: a CIRCUS. Como fio condutor do diálogo ou como seu referente principal, que também pode ser enunciado como objetivo geral desta pesquisa, investigar e problematizar as relações entre coletivos urbanos e subjetivações na cidade.

Nos capítulos que se seguem, começaremos (Capítulo I) com uma explanação geral sobre a dicotomia indivíduo e sociedade que orientou e permeou boa parte da produção de conhecimento nas ciências sociais e, particularmente na psicologia, para situar a cidade como espaço estratégico para a produção de subjetividade na modernidade e, nela, o papel dos coletivos. Dedicado às discussões sobre coletivos urbanos, destacamos os trabalhos de Alice Maria Gianini Buratto (2016); Aluizio Marino (2015); André Duarte e Rodrigo Ponce Santos (2012); Paula Hori (2017); Carlos Henrique Magalhães de Lima (2014); Maria Carolina Maziviero e Eneida de Almeida (2017); Joana Zatz Mussi (2012); Claudia Paim (2012). Entre dissertações, teses e artigos, esses trabalhos colocam em pauta os processos de intervenção de coletivos na cidade, problematizando os efeitos políticos e éticos de suas práticas. Para esta pesquisa, a ideia de coletivo quer dizer de um agrupamento de pessoas que estão interligadas por um conjunto de interesses em comum, com a preocupação de movimentar e expressar

algo que se encontra apagado ou silenciado. Mas, para além dessa dinâmica, nossa noção de coletivo compreende também processos de agenciamentos, ou seja, pretendemos problematizar o coletivo mediante uma abordagem conceitual e de uma perspectiva não dicotomizada.

No capítulo II, das provocações que embalam este trabalho no plano metodológico, entendido como processos de criação que dão o toque às reflexões que atravessam esta pesquisa, algumas leituras foram presentes em toda sua construção. Dialogar com Gilles Deleuze, Félix Guattari, Liliana da Escóssia, Virgínia Kastrup e Suely Rolnik, se desdobrou como uma experiência de reivindicar um novo modo de fazer ciência tendo em vista que toda produção é coletiva e o conhecimento diz de infinitos lugares do saber. Neste sentido, entendemos que o trabalho aqui desenvolvido, não busca neutralidade. As dificuldades não se colocam paralelas ao que se desenvolve aqui, mas atravessam a todo o momento-espço as atribuições das análises, reflexões, discussões, descobertas, as quais estão imersa num mesmo plano. Considera-se nesta pesquisa que o percurso é único e, portanto, trata-se de um olhar, dentre tantos, de possíveis reflexões que não se encerram em si mesmas, de uma trajetória entre outras possíveis. A postura de pesquisa invoca minha presença pessoal, humana.

No Capítulo III, seguimos para a exposição do trabalho de campo, na qual, primeiramente, é apresentada a cidade de Assis, a constituição de sua história e seu processo de urbanização, para então chegarmos à CIRCUS, o coletivo que será foco dessa pesquisa. Partimos então, para contar seu percurso, desde sua formação, pautando suas frentes de trabalho, bem como sua atuação na cidade. A proposta deste capítulo é, também, problematizar as políticas de fomento à arte e à cultura no país e como essas têm sido discutidas dentro do cenário da política atual.

No capítulo IV, buscamos contextualizar a trajetória dos movimentos sociais a partir da década de 80, abarcando as discussões referentes à difusão das Organizações não Governamentais (ONGs), que se intensificaram a partir da década de noventa, no Brasil, finalizando com as análises dos chamados novos movimentos sociais. A partir dessas discussões embarcaremos para o último capítulo (capítulo V), no qual, se centra a aposta dessa pesquisa, uma possível reflexão da relação entre a cidade, os coletivos e os processos de subjetivação.

CAPÍTULO 1 - CIDADE, AGLOMERAÇÕES E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

Para os estudos da psicologia, a perspectiva que separa indivíduo e sociedade, reproduzida pela ciência moderna, nos é cara até hoje para pensarmos as questões relacionadas aos processos de subjetivação. Entendida como uma ciência voltada para a interioridade humana, os acontecimentos referentes à cidade e ao urbano, toda temática do espaço, se mantiveram alheios aos interesses da psicologia no início de sua trajetória científica. Indivíduo e sociedade eram concebidos como resultados de processos separados e tratados por interesses diferentes.

Os processos psicológicos, seja qual for a formulação das diferentes teorias psicológicas particulares, sempre foram investigados à margem dos processos urbanos. Mesmo levando em consideração que as cidades foram tomadas como objeto de investigação pelas ciências sociais não faz muito tempo, há de se reconhecer que a psicologia chegou tarde a esse debate (NETO, 2004, p.2).

Os estudos relacionados ao coletivo, espaço e processos de subjetivação dependem completamente da superação dessas dicotomias. Tal organização em sistemas de classificação do pensamento moderno ocidental produziu dicotomias na relação indivíduo-sociedade e outras polarizações, como sujeito-objeto, teoria-prática, natureza-cultura. A partir desta visão, sujeito e sociedade são compreendidos como instâncias separadas, numa condição de preexistência.

Neste sentido, as autoras Escóssia e Kastrup (2005) propõem pensar coletivo a partir da noção de superação das dicotomias geradas pelo pensamento científico moderno, na qual, buscam romper com as propostas naturalizantes de tal perspectiva. Partindo dos conceitos de prática, de Paul Veyne; de molar e molecular, de Deleuze e Guattari e da noção de rede de Bruno Latour, Michel Callon e John Law, propõem a definição de um novo conceito de coletivo que parte da ideia de plano de coengendramento do indivíduo e da sociedade. O artigo intitulado “O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade” remonta o que na ciência moderna provocou os efeitos acarretados por esse pensamento dicotômico.

O conceito de prática, de Paul Veyne (1972), contribui para pensarmos o coletivo como superação da ideia de separação e oposição, que tende a formular relações causais. O

autor aponta que a prática constitui, no plano da relação, um coengendramento dos termos. Escóssia e Kastrup completam:

Localizamos aqui uma das pistas para entendermos em que consiste uma superação do pensamento dicotômico: os objetos não causam nem determinam nada, ao contrário, eles são determinados, produzidos pela relação. Podemos reter então que os conceitos de prática e de relação remetem a um plano produtor de mundo e de sentido, que engendra os termos, sejam sujeitos ou objetos, assim como as próprias dicotomias (2005, p.298).

Deste modo, o conceito de coletivo é apresentado como um plano relacional que se estabelece como condição, não como interação, superando as dicotomias e a naturalização das entidades, ou seja, o coletivo é tomado como um modo de funcionamento a partir dos agenciamentos, no qual, “o plano coexiste com o que ele engendra” (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005, p.302).

Os processos de subjetivação estão em conexão com o social, não subordinado a ele e sim em congruência com os processos sociais, culturais, tecnológicos, urbanos. Sua forma é rizomática como propõem a leitura de Deleuze e Guattari (1995), portanto, não se trata de uma subjetividade tomada enquanto estrutura, e sim enquanto processos de subjetivação; que se constitui na pluralidade e está em constante transmutação e em relação com as formas de organização social.

Neste sentido, a cidade passa a compor os estudos da psicologia, entendendo-a como produtora de subjetividades, podendo contribuir para o entendimento de sua dinâmica. A partir de outros dispositivos, diferentes daqueles propostos pela ciência positivista, passamos a narrar os acontecimentos do urbano e suas afetações, aventuramo-nos em ampliar nossas fronteiras, nos permitindo a experiência de novos encontros. A cidade se orienta pela integração espaço-tempo, ela temporaliza a vida e os processos de subjetivação.

A importância da cidade, hoje, coloca-a como objeto inevitável da ciência e não apenas da geografia humana, que a tem como objeto preferencial. A psicologia, particularmente, tem uma contribuição a dar ao conhecimento da dinâmica da cidade, tomando-a como lugar da produção de subjetividade. A saúde mental, o sofrimento psíquico, os processos psicológicos, as figuras e modelos de produção de subjetividade são constituintes fundamentais do universo citadino (JUSTO, 2012, p.36).

A cidade se concebe a partir de um conjunto de ideias e ideais que se sucedem em construções concretas, a saber, uma arquitetônica que carrega em si a política, história e cultura da sociedade criando e recriando novos modos de subjetivação.

A cidade tem histórias para contar sobre os homens que a habitam e se movem nela, subjetividades construídas nas montagens que se produzem em espaços tão comuns e singulares como uma rua, ou uma estação de metrô (FLORES, 2016, p.7).

A partir dessa perspectiva é que iremos analisar os processos de subjetivação que se constituem na cidade, tomando-a como foco do pensamento moderno. Partiremos para as discussões sobre as configurações de apropriação pela lógica de exploração mercadológica, para, então, pensarmos as coletividades como movimentos que buscam romper com a racionalidade que se expressa no urbano, por meio de intervenções que criam práticas e usos diferentes para o espaço.

1.1 Cidade e a racionalidade moderna

Planejadas e arquitetadas por especialistas urbanistas e arquitetos, as cidades modernas foram sendo configuradas visando certa regularidade e organização, atendendo demandas de crescimento da população urbana e, junto a isto, as pretensões de progresso alimentadas pela lógica do capital. A autora Raquel Rolnik (1994) ressalta que o espaço antes entendido como lugar de ocupação, passa a ser encarado como mercadoria.

A lógica da racionalidade, do cálculo e da previsão que emerge a partir das práticas econômicas do grande comércio e da manufatura, penetra assim na produção do espaço, com planos e projetos debaixo do braço (ROLNIK, 1994, p. 58).

Na mesma perspectiva, David Harvey (2012) aponta que a qualidade de vida urbana se torna também mercadoria e a vida na cidade passa a ser mediada pela lógica do consumo. A cidade é reorganizada e a vida social é compreendida para este novo horizonte moderno e gerida de forma a corresponder certo tipo de sociedade, na qual, subjetividades mecanicistas dão o contorno à racionalidade da cidade.

De acordo com Simmel (1973), a modernidade tratou de acomodar um estilo de vida próprio para vivenciar a cidade e as relações com as pessoas que nela vivem. Para o autor, o

que corresponde a esta racionalidade é posta como uma premissa para as relações sociais, como uma forma de enfrentar as zonas de conflitos para se adaptar a tantos estímulos próprios das grandes metrópoles, gerando em nós um comportamento apático. Neste sentido, podemos pensar que se no primeiro momento reagimos impulsivamente contra condições impostas pela vida na metrópole, no instante seguinte consideramos estar adaptados a esses mesmos condicionantes, isto é o que o autor chama de atitude blasé.

Com a atitude *blasé* a concentração de homens e coisas estimula o sistema nervoso do indivíduo até seu mais alto ponto de realização, de modo que ele atinge seu ápice. Através da mera intensificação quantitativa dos mesmos fatores condicionantes, essa realização é transformada em seu contrário e aparece sob a adaptação peculiar da atitude *blasé*. Nesse fenômeno, os nervos encontram na recusa a reagir a seus estímulos a última possibilidade de acomodar-se ao conteúdo e a forma da vida metropolitana (SIMMEL, 1973, p. 17).

Como reação aos muitos estímulos das grandes cidades o indivíduo tende a sustentar uma autopreservação, que também se manifesta como uma negativa as experiências. O que as pessoas que vivem no campo chamariam de frieza ou rigidez pode significar na verdade uma atitude de reserva para a vida nas metrópoles. Para Simmel (1973), nós não deixamos de reagir aos estímulos que cruzam nossos caminhos, mas recorremos à antipatia como comportamento de defesa.

A antipatia nos protege de ambos esses perigos típicos da metrópole, a indiferença e a sugestibilidade indiscriminada. Uma antipatia latente e o estágio preparatório do antagonismo prático efetuam as distâncias e aversões sem as quais esse modo de vida não poderia absolutamente ser mantido. A extensão e composição desse estilo de vida, o ritmo de sua aparição e desaparecimento, as formas em que é satisfeito tudo isso, com os motivos unificadores no sentido mais estreito, formam o todo inseparável do estilo metropolitano de vida. O que aparece no estilo metropolitano de vida diretamente como dissociação na realidade é apenas uma de suas formas elementares de socialização (SIMMEL, 1973, p. 18).

Nesta relação mais fria e distante, em que o autor atribui a experiência das pessoas na metrópole, outra dinâmica de tempo também é sustentada. Embalados pela noção de progresso, o ritmo acelerado das máquinas dita uma nova dinâmica de experiência na cidade, na qual, constituem o complexo campo da vida moderna, que se acomoda e passa a compor o contexto com naturalidade. Estas características apontam para a relação com o tempo que se modifica com o paradigma moderno. De uma nova configuração de tempo que, cada vez mais acelerado e fragmentado, estabelece, também, outra concepção de espaço.

O que há de mais forte e poderoso atrás da ideia de planejar a cidade, é sua correspondência a uma visão da cidade como algo que possa funcionar como mecanismo de relojoaria, mecanicamente (ROLNIK, 1994, p. 55).

As mudanças provocadas na modernidade transformaram a relação do homem com o tempo e o espaço. No cotidiano, novos modos de subjetivação são engendrados e que passam a corresponder à racionalidade imperante. Nas mesmas condições, a cidade, tomada como objeto da racionalidade moderna, é reorganizada, atendendo não só a mudanças em suas estruturas concretas, mas produzindo também nos modos de habitar e pensar os espaços. Neste horizonte, a paisagem urbana se revela em novos ideais, nos quais, a estética não fica desassociada das intenções políticas, que atribui às metrópoles, os grandes centros de produção monetária e, ao espaço, lugar definido como mercadoria.

1.2 Cidade dos fixos e fluxos

A cidade, então, é fruto e cultivo do comércio e da industrialização, mas é, também, produtora de experiência cultural. Para Lefebvre (2001), o fenômeno da urbanização ocasionou novas estratégias para se pensar os espaços, mas considera que pouco tenha sido feito para uma real melhoria na qualidade de vida de seus habitantes. O planejamento, muitas vezes, não se dá por meio de uma gestão democrática e participativa. Os subúrbios, as favelas, as margens se sujeitam aos longínquos e inacessíveis centros urbanos. Os especialistas se apropriam das grandes decisões e projetos da cidade, excluindo a participação da população. “Num período em que os ideólogos discorrem abundantemente sobre as estruturas, a desestruturação da cidade manifesta a profundidade dos fenômenos de desintegração (social, cultural)” (LEFEBVRE, 2001, p.119).

Tanto Santos (2000) quanto Lefebvre (2001) considera que o espaço é consequência de um contínuo processo de produção do mesmo, que se dá pela experiência humana. De acordo com Milton Santos (2000), a noção de território pode estar relacionada tanto à ideia de dominação quanto a de apropriação. A primeira se reporta a um sentido mais concreto relacionado ao seu modo funcional, pois supõe seu valor de troca, e a segunda se vincula a um valor simbólico. Na perspectiva do autor, tanto o valor simbólico como o funcional devem ser considerados importantes, uma vez que o território é a relação entre os dois valores. Complementa sua análise ressaltando que há uma predominância de interesse hegemônico pelo valor de uso do território por parte do sistema capitalista.

Santos (2006) propõe pensar a noção de espaço a partir da relação de fixos e fluxos como elementos articuladores de transformação do próprio espaço. Os fluxos se constituem como processos resultantes das ações compondo e modificando os sentidos atribuídos aos fixos, que acabam por transformar os próprios fluxos. Compreendem-se fixos como os objetos materiais, que passa a adquirir função pelo processo de transformação resultante da ação humana. Além disso, para entender a cidade, o autor pontua a necessidade de se distinguir entre “fixos públicos e fixos privados”:

Os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos etc. Eles são, entre outros, pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócio, hospitais, casas de saúde, ambulatórios, escolas, estádios, piscinas e outros lugares de lazer. Mas se queremos entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre os fixos públicos e os fixos privados. Estes são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro (SANTOS, 2006, p.194).

Paralelamente, Deleuze e Guattari (1997) consideram que o espaço pode ser tanto *estriado* quanto *liso*. O espaço *estriado* seria o de formas geométricas, homogêneo, rígido, enquanto que o espaço *liso* se revela como espaço vivido, como presença histórica marcada pela trajetória subjetiva. De acordo com os autores, o Estado e o sistema capitalista se apropriam dos espaços lisos como forma de servir ao espaço estriado. Na manutenção de uma ordem que se pretende hegemônica, operam no manuseio das manifestações do espaço liso como forma de compor o espaço estriado a fim de preservar a norma estabelecida.

Para as duas análises as materialidades e imaterialidades que compõe o espaço serão elas foco da racionalidade moderna, imprescindíveis para a gestão e controle que se pretende ter sobre as pessoas. A cidade racionalizada impõe à sociedade um modo de organização que, nas palavras de Certeau (2004), recalca “todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam” (p.173). O progresso da cidade é baseado numa organização funcionalista onde o espaço é operacionalizado de forma especulativa e classificatória. Dessa maneira, a população fica sujeita a uma gestão niveladora, ou seja, a vida urbana passa a comportar sujeitos universais.

Os urbanistas planejam as cidades sob a orientação de governabilidades e de acordo com a lógica do controle que se pretende ter sobre os cidadãos, a fim de conduzir a homogeneização e segmentação dos espaços. Neste sentido, o desenho urbano se delineia de forma a ordenar a circulação das massas, buscando evitar possíveis motins ou grupos

considerados ameaça a tal organização (BAPTISTA; RODRIGUES, 2010 p. 2). Para gerir esse sistema são imprescindíveis medidas regulatórias de vigilância, já que bem sabemos a cidade é historicamente lugar de lutas políticas e põe em risco a ordem liberal burguesa.

1.3 Discursos sobre vigilância e a apropriação do espaço pelo capital

O espaço urbano vem sendo foco de vigilância e controle pelas autoridades estatais e pelas elites que, buscam, através de discursos contra a violência e em nome da segurança, impor mais fronteiras para circulação, determinando e minando espaços na cidade. Por meio de estratégias e mecanismos de tomada dos espaços, dão margem a uma gradativa negação do público, impondo a ideia de que o privado seja mais seguro. Dessa forma, também, se dá a busca por moradias em condomínios fechados, com grades, muros, câmeras, trabalhadores na segurança vinte e quatro horas por dia, revelando, assim, o que se tem construído a partir da ideia de medo e insegurança. Sentimentos que são cultivados entre as pessoas e que de acordo com Lima (2014) “é hoje uma das forças que dão forma à vida nas cidades” (p.31). Essa lógica alimentada no imaginário social reproduz processos de subjetivação em torno da ideia de necessidade de segurança que circula de modo a criar estereotípias, conduzindo a fronteiras sócioespaciais cada vez mais desiguais.

A gradativa negação do espaço público efetuada por esses enclausuramentos sucessivos amplia as tensões sociais e pouco contribui para as formas coletivas de apropriação do espaço. Nesse contexto, o desenho de políticas sociais acaba por assumir essa segmentação, operando esforços de maneira desigual, construindo um inimigo comum inominável e indefinível. A isto alguns autores denominaram militarização da questão urbana (LIMA, 2014 p.32).

É pela perspectiva de guerra que se tem criado as intervenções policiais nos espaços urbanos, em que se oportuniza olhar para a sociedade civil como constante ameaça. A guerra contra o crime, guerra contra as drogas, guerra contra a pobreza, guerra contra a insegurança. É por meio deste discurso, propagado pela mídia e reproduzido pela própria população, que se pautam e justificam as ações militares que vão estruturar o desenho urbano e as relações sociais, que se delineiam práticas e uso dos espaços da cidade (ROLNIK, 2015). Por este paradigma, as cidades tomam o rumo de se tornarem mais militarizadas, o que só acirra as disputas por territórios, criando uma falsa justificativa para o avanço do domínio mercadológico. Segue então um modelo de cidade que empobrece as relações de

sociabilidade, restringindo o exercício da cidadania e evitando discussões realmente pertinentes às questões urbanas; mascarando uma realidade social que se apresenta em profunda desigualdade.

A cidade tida como lugar de conflitos e contradições provocadas nos contrassensos que a própria vida cidadina lança às vivências em sociedade é apagada por projetos urbanos homogeneizantes, tornando os espaços públicos esvaziados e despolitizados. Na intenção de uniformização dos espaços, fabricam-se imagens da cidade demonstrando um falso consenso que busca tornar invisíveis seus conflitos, despolitizando a esfera pública e empregando experiências cada vez mais vinculadas a subjetividades mercadológicas. Silva (2010) aponta que “o produto das relações conduzidas a partir do sistema hegemônico do capital e de suas forças simbólicas resulta em experiências urbanas empobrecidas, calcadas em processos individualizantes, nos quais, os parâmetros de existência são colocados de maneira programada, repetitiva e petrificada” (SILVA, 2010, p.12).

Mas, como afirma Jacques:

Os urbanistas teriam esquecido, diante de tantas preocupações funcionais e formais, deste enorme potencial poético do urbano e, principalmente, da relação inevitável entre o corpo físico e o corpo da cidade que se dá através da errância, através da própria experiência – do se perder, da lentidão, da corporeidade – do espaço urbano, algo simples, porém imprescindível, para possibilitar uma outra forma de percepção ou apreensão da cidade. No urbanismo contemporâneo, a distância, ou descolamento, entre sujeito e objeto, entre prática profissional e vivência-experiência da cidade, se mostra desastrosa ao esquecer o que o espaço urbano possui de mais poético, que seria precisamente seu caráter humano, sensorial e corpóreo (JACQUES, 2006 p.134).

A partir dessa perspectiva, a presente pesquisa tem como proposta analisar os coletivos urbanos e suas produções como forma de ruptura com os espaços estriados e racionalizados da cidade e a colocação, em circulação e funcionamento, de outras práticas e sentidos de uso do espaço urbano frente à lógica de dominação mercadológica.

1.4 Coletivos urbanos

*Houve um tempo em que minha janela se abria
sobre uma cidade que parecia ser feita de giz.
Perto da janela havia um pequeno jardim quase seco.
Era uma época de estiagem, de terra esfarelada,
e o jardim parecia morto.
Mas todas as manhãs vinha um pobre com um balde,
e, em silêncio, ia atirando com a mão umas gotas de água sobre as plantas.
Não era uma rega: era uma espécie de aspersão ritual, para que o jardim não morresse.*

(...)

(Cecilia Meireles – A arte de ser feliz)

Os trabalhos que envolvem os dois eixos de análise, cidade e coletivos ou coletividades, tem sua trajetória recente. Segundo Hori (2017), foi a partir dos anos 2000 que, principalmente em grandes metrópoles do país, muitos coletivos têm surgido com diferentes propostas de ação em espaços públicos da cidade. Esses movimentos se caracterizam por intervenções na dinâmica da cidade, muitas vezes buscando se posicionar contra aos interesses mercadológicos que prevalecem na configuração e usos dos espaços urbanos.

Para Lima (2015), os coletivos urbanos surgem como resposta aos problemas que emergem das vivências cidadinas. São movimentos que resultam de contradições urbanas, sendo uma espécie de espelho da experiência na cidade. No trabalho intitulado “A cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano”, Lima (2015) acompanhou dois coletivos com propostas de intervenção urbana. De acordo com as conclusões do autor, as demandas pautadas a partir dessas intervenções são potentes contribuições para gerar discussões na construção das cidades urbanas.

Outro trabalho que visou discutir as ações coletivas nos espaços urbanos foi o projeto de pesquisa desenvolvido pela Joana Zatz Mussi (2012), intitulado “O Espaço como obra: ações, coletivos artísticos e Cidade”. A partir da investigação ativa e participativa, a autora buscou compreender os resultados das ações desenvolvidas por coletivos artísticos que têm como proposta intervenções urbanas. O trabalho acompanhou as intervenções urbanas de três coletivos que iniciaram suas atuações nos anos 1990. Para Mussi (2012), o interesse estava

em observar essas ações e intervenções no rompimento com alguns acontecimentos correntes, desestabilizando as normas no campo das representações e do sensível. Pensar o espaço como obra da maneira como propõe a autora, implica refletir sobre essa construção coletiva da cidade, das possibilidades de fazer a cidade na cidade, focalizar relações micro e macro e a passagem das construções concretas às relações subjetivas.

Aluizio Marino (2015) investiga a ação de coletivos culturais atuantes na periferia de São Paulo e Bogotá. No artigo chamado “Cultura, periferia e direito à cidade: coletividade em São Paulo e Bogotá”, o autor aborda a tentativa desses coletivos em ressignificar espaços marcados pela desigualdade social e segregação. A partir dos recursos metodológicos da pesquisa-ação, o autor busca compreender como se dá a organização desses coletivos, bem como evidenciar sua importância para a dinâmica de transformação dos territórios. Conclui, defendendo que a atuação dos coletivos enriquece as discussões em relação às governanças na cidade.

O trabalho de pesquisa “Táticas de artistas na América Latina: coletivos, iniciativas coletivas e espaços autogestionados” da autora Claudia Paim tem como objetivo investigar os modos de fazer dos coletivos que atuam por meio da arte em espaços cotidianos. Seriam coletivos, que buscam fomentar a arte em lugares não tradicionais, como lugares públicos da cidade. Para a autora, esses espaços são ativados a partir da atuação desses coletivos, “todo espaço cotidiano usado pelos coletivos se transforma em um espaço vivenciado. Promovem experiências diretas, sem mediação e sem manipulação” (PAIM, 2009, p. 231). Paim aponta um elemento comum que caracteriza o fazer coletivo que seria, propriamente, o caráter das relações sociais que estes estabelecem, tanto por produzirem “espaços de conflito ou conflitos no espaço” (p.233).

Todos esses trabalhos defendem a atuação dos coletivos como importantes movimentos de ressignificação dos espaços, bem como da relação das pessoas na experiência com a cidade, articulam ideias e propostas que servem como disparadores para discutir os problemas do urbano. A ocupação dos espaços da cidade se apresenta de diferentes maneiras, manifestando o que de mais urgente o corpo coletivo faz emergir. As intervenções urbanas contam com táticas para definirem melhor o que denunciam e fazem anunciar, dessa maneira, uso dos espaços públicos potencializa o compartilhamento das narrativas que se quer fazer circular.

CAPÍTULO 2 - SOBRE O MÉTODO: um caminho transdisciplinar

Para a presente pesquisa, que se propõe investigar e problematizar as relações entre coletivos urbanos e subjetivações na cidade, interessou a perspectiva da cartografia, conforme foi enunciada por Deleuze e Guattari, no livro *Mil Platôs* (1995). O conceito de cartografia tem sua origem na geografia e passa a dialogar com o campo da filosofia, política e com estudos da subjetividade. Para o pesquisador cartógrafo não existe neutralidade como postura no trabalho de campo. Em vez da neutralidade, é necessário que ele esteja implicado e entenda que sua ação é transformadora. No trabalho cartográfico não há metas pré-estabelecidas ou regras dadas a priori. É no caminhar que o cartógrafo colhe as pistas necessárias para traçar suas metas. “O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional de método – não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas (meta-hodos), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas” (PASSOS; BENEVIDES, 2009, p.17). A inversão dos termos permite que o pesquisador, enquanto cartógrafo constitua seus passos estando no território, compondo o que seria uma não metodologia, aberto aos encontros e aos acasos lançados ao longo do processo.

O trabalho de pesquisa, a partir da cartografia, só pode acontecer se o cartógrafo estiver imerso no plano da experiência, aberto às afetações que se farão presentes no campo de pesquisa. O conhecimento que está ali sendo produzido acontece ao mesmo tempo em que a ação é gerada. Conhecer e fazer tornam-se processos inseparáveis. De acordo com Passos e Benevides (2014), conhecer é transformar a realidade a sua volta, sendo impossível a qualquer pesquisa um propósito de neutralidade, pois apenas implicado ao campo é que o cartógrafo conseguirá construir o caminho para a sua pesquisa.

Nesse sentido, conhecer a realidade é acompanhar seu processo de constituição, o que não pode se realizar sem uma imersão no plano da experiência. Conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho. Esse é o caminho da pesquisa-intervenção (PASSOS; BENEVIDES, 2014, p.31).

A cartografia como ferramenta de pesquisa não se pautará na busca pela representação do objeto. Ela se estabelece no acompanhar dos processos, que implica no cuidado ético de ampliar para linhas de singularizações, alargando as possibilidades de existência. A ideia de processo aqui se coloca enquanto processualidade e não a de processamento. Esta última está

alinhada à maneira com a qual se procede na perspectiva positivista, orienta sua atenção para a coleta e análise dos dados que, então, serão levados à prova. Os lugares do sujeito e do objeto são muito bem definidos. Já a ideia de processualidade permite pensar o espaço como algo menos estático e mais cheio de modulações, voltando à atenção para o plano dos afetos, para a produção de processos de subjetivação, nas linhas de singularidades e nos processos históricos que estabelecem relações. Assim, sujeito e objeto se misturam e suas fronteiras são borradas. O pesquisador ao inserir-se no campo da pesquisa, se deparará com processos em movimento, histórias em curso, por isso sua inserção sempre se dará no meio. O trabalho do pesquisador cartógrafo é o de tentar acompanhar e desenhar os fluxos que se fazem presentes no território, atento às suas variáveis e aos seus movimentos que são constantes, colocando-se no campo, aberto aos encontros e atravessamentos.

Para este trabalho, buscamos interagir e dialogar com leituras e reflexões que tratam do tema, coletivos urbanos, suas ações e práticas nos espaços da cidade, bem como pensar os processos de subjetivação decorrentes dessas práticas. A proposta é a de realizar um percurso que permita a experiência de acessar e refletir a partir de diferentes perspectivas, podendo estabelecer diálogos com outras áreas do conhecimento e ampliar as discussões. Deste modo, a presente pesquisa não visa percorrer um caminho limitado ao campo da psicologia, mas pretende ir além, alargando fronteiras para as análises de diferentes campos do conhecimento. Daí a importância do conceito de transdisciplinaridade para esta pesquisa.

A transdisciplinaridade diz de uma perspectiva de ampliação, na qual pode-se pensar em redes que se conectam para além dos limites e das instâncias disciplinares. O que se confere é uma mudança paradigmática do que a ciência positivista postulou enquadrar em esferas fechadas. Não há uma perda no rigor da pesquisa ou de seus resultados, mas se trata de uma mudança em relação “ao movimento interno de transformação das ciências, aberta para o social, o estético e o ético” (GUATTARI, p.7).

CAPÍTULO 3 - A PESQUISA DE CAMPO: colhendo pistas, narrando histórias, desenhando mapas

3.1 A cidade de Assis (SP): entre a *Cidade Fraternal* e a *Zona de Meretrício*

A mercantilização do espaço demonstra como os processos de dominação dos territórios avançam modificando seus modos estratégicos, que perduram ao longo do tempo gerando disputas pela terra. Foi desse modo que nosso país colonizado foi construído e, até hoje, transformado pelo véu do neoliberalismo, vem travando a chamada “Guerra dos Lugares” (ROLNIK, 2015), a guerra injusta. Várias cidades foram construídas a partir dessas disputas, por diferentes interesses econômicos e políticos, e Assis não configura uma exceção à regra.

A história da cidade de Assis está ligada a expansão ao oeste paulista do final do século XIX e início do século XX. Herdando o nome de um Capitão, Francisco de Assis Nogueira, o qual havia comprado uma extensa porção de terras na região, o mesmo doou 80 alqueires à igreja e, a partir desta área que, posteriormente, foi constituída a cidade de Assis.

A partir dessa área, de 80 alqueires que ficou conhecida como Bispado, se iniciou a ocupação do núcleo urbano de Assis, com a construção da capela que foi edificada pelo próprio Capitão Assis, e os primeiros casebres que começaram a compor a vila no entorno da mesma. (SPINARD 2014, p.21)

Assis se confunde com a história de outras várias cidades quando confirma o ditado de que toda cidade é construída a partir de uma igreja, uma praça e uma zona de meretrício.

Sobre a zona de meretrício, alguns trabalhos que buscaram recuperar a história da prostituição de Assis se depararam com a viva imagem que compõe a paisagem da cidade, pela memória de seus moradores. A autora Simili (1995) em sua tese intitulada “Memórias da prostituição: Lembranças da Casa da Antonieta” remonta a trajetória da zona de meretrício tendo como principal referência a “Casa de Antonieta”. Outro trabalho de dissertação de mestrado que também buscou contar sobre os caminhos da zona em Assis foi o do autor Manaia (2010) em “Os espaços da prostituição: a história de Assis narrada pelos Processos de Crime (1930 – 1963)”.

Os dois trabalhos contribuíram para o entendimento da história da cidade, a fim de preservar e não deixar cair no esquecimento memórias que constituem os processos de formação da cidade. Tendo em vista que houve uma tentativa de esconder estas passagens, sobrepondo a estas, a ideia de cidade fraternal.

Na cidade de Assis, quando se busca descobrir seu passado prostitucional, investigando lembranças que a população moradora há mais de quarenta anos guarda, aparece sempre o nome de uma mulher: “Antonieta”, vinculado a um lugar, “a casa da Antonieta” (SIMILI, 1995 p.9).

No enalço dessas lembranças geralmente a figura da Antonieta é retratada como mulher poderosa que tinha muita influência junto a pessoas importantes, principalmente os políticos da época. Fala-se que quando de passagem por Assis, esses políticos não deixavam de visitar sua casa, que é sempre lembrada como tendo sido “uma das melhores da região” (SIMILI, 1995 p.9).

Sobre Antonieta, também apelidada de “mãezinha”, conta-se que ela foi a mulher que inspirou a personagem do livro “Tieta do Agreste”, do autor Jorge Amado. Ninguém nunca pôde confirmar esta história, mas muitas pessoas acreditam nesta possibilidade pelo fato de ter sido confirmado a passagem do autor pela cidade. A questão é que esta história não confirmada fez com que Antonieta atraísse mais clientes, além de esse ser um fator que diferenciou a zona de meretrício de Assis de outras do interior paulista.

Em 1939, a zona de meretrício ocupava a região central da cidade (Rua José Bonifácio), permanecendo até 1950. A primeira casa de prostituição de Antonieta, chamada Máxime, foi neste local. Depois, a zona passou a ser numa rua que ligava a estrada de Assis à Cândido Mota, cidade vizinha. Lá, Antonieta morou e manteve sua segunda casa de meretrício em Assis. Mas, como afirma Simili, muitas outras casas se fixaram pelas ruas da cidade, formando a conhecida zona.

Desde 1938, portanto muito antes de o assunto vir à tona na imprensa, a prostituição já estava instalada no lugar; na Rua Vera Cruz 33, situava-se a casa de Maria Duarte, em 1949 os de Julieta ficava na própria J.V. da Cunha e Silva n. 751; a de Amélia também; a de Ida era na Rua Oswaldo Cruz, 429, a de Maria Abade, na Rua Vera Cruz, 226; nesta mesma rua em 1953, tinha a de Maria Lúcia, a de Angélica, em 1946, era na Rua dos Farrapos. (SIMILI, 1995, p.68)

Tanto as autoridades locais como as famílias tradicionais eram contra a permanência dessas mulheres, principalmente, pelo motivo de ocuparem o centro da cidade. Era um

período de crescimento urbano e muitas pessoas estavam deixando o campo, em busca de trabalho e moradia. Com a tendência de crescimento da população, buscou-se uma organização de modo a reagrupar as pessoas nos lugares da cidade, de acordo com a classe social. Dessa forma, vários discursos foram produzidos para justificar a ação das autoridades com relação à retirada da zona de meretrício do centro da cidade.

Através dos discursos de clérigos dentro dos jornais da cidade, observou uma forte tendência ao combate à prostituição, com a justificativa de proteger a mulher e a família nuclear. A presença delas transitando pela cidade e por locais de convívio social seria um mal que poderia corromper a família e os filhos (MANAIA, 2010, p. 3).

Além da igreja, outro discurso que se propagou foi o do médico sanitário. Com o crescimento das cidades de forma acelerada, a preocupação se voltava para o surto de epidemias. Envolto ao moralismo, cuja razão estava pautada no preconceito contra as mulheres da zona, se dava uma ação higienista.

Mas o que estava em jogo mesmo eram os interesses ligados à questão imobiliária. A zona de meretrício ficava numa região de grande valor monetário para as famílias fundadoras que acreditavam que com a modernização da cidade essas áreas pudessem valorizar, então, a ideia era retirar essas pessoas transferindo-as pra outros locais.

A questão imobiliária ligada à localização das casas de prostituição e da zona de meretrício junto ao desenvolvimento da cidade teve um papel significativo. Conforme a cidade começou a se desenvolver, ocorria uma reorganização urbana dentro dela, fazendo com que áreas até então sem valor começassem a sofrer com a especulação imobiliária (MANAIA, 2010, p.45).

No fim, a zona de meretrício da cidade foi transferida de lugar, mas não de rua. Como antes ficava no começo da Rua José Vieira da Cunha e Silva, e de seu entorno, passaram a ocupar o final da mesma rua, que ficou conhecido como “lá na curva”. (SIMILI, 1995)

Toda a pressão que a elite assisense exerceu para a retirada da zona de meretrício da cidade veio pelo discurso de defesa pela cidade fraternal. Segundo Manaia, “o termo Cidade Fraternal foi incorporado pela cidade de Assis, sendo exposto em diversos locais como terminal rodoviário entre outros” (2010, p.6). Ainda com o autor, a maioria dos registros sobre a história de Assis, é transmitida pelas memórias das principais famílias tradicionais, excluindo a história da população em geral.

3.1.2 Processo de urbanização da cidade de Assis

Com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1914, a cidade vivenciou um significativo avanço, dada a possibilidade de escoar produtos agrícolas, além de facilitar a comunicação com outras regiões e, principalmente, com a capital, que fica a uma distância de aproximadamente 440 km. Assis, que antes era Vila de Assis, passou a ser município em 1918, quando formada a primeira Câmara Municipal de Vereadores. No mesmo ano, ocorre a transferência da sede da Comarca, de uma cidade próxima - Campos Novos do Paranapanema - para Assis.

Tanto a chegada da linha férrea quanto a mudança de sede da Comarca, após Assis receber o status de município, foram dois significativos movimentos que influenciaram no processo de crescimento da cidade.

Em relação à forma urbana, a chegada da estrada de ferro gerou transformações importantes na configuração espacial do núcleo inicial de Assis. Isto porque os trilhos e, conseqüentemente, a estação ferroviária foram construídos a oeste do núcleo já existente naquele momento. Cerca de 700 metros passaram a separar a igreja erigida no povoado inicial e a estação ferroviária, o que levou à construção de uma via (atual Avenida Rui Barbosa) interligando estes dois locais (MIYAZAKI, 2013, p.238).

De acordo com Silva (1996), o processo de urbanização de Assis, na década de 1920, foi influenciado pela construção de casas destinadas aos funcionários que exerciam cargo de chefia e aos encarregados da manutenção dos trilhos da Companhia de Estrada de Ferro Sorocabana, gerando as vilas ferroviárias. Outros trabalhadores da Sorocabana também passaram a ocupar o entorno da linha férrea originando a Vila Clemente, atualmente conhecida por Vila Operária.

De acordo com Floeter (2007), a área urbana da cidade de Assis começou a expandir no final da década de 40 com a abertura de novos loteamentos. Esta expansão é uma consequência do processo de redemocratização que o país estava passando, marcada pela saída do comando de Vargas do Governo (1937 – 1945) e pelo fim da Segunda Guerra (1939 – 1945). Em 1946 é elaborada uma nova Constituição Federal o que muda o clima na política, agora voltada para o impulso da economia e a industrialização do país.

Como consequência da redemocratização do país foi realizada em 1946 eleições municipais para o cargo de Prefeito Municipal, despertando um novo ciclo de crescimento econômico e urbano da cidade e da região, com a ocorrência de um verdadeiro ‘boom’ imobiliário, na cidade, caracterizado pela abertura de novos loteamentos como, Vila Xavier (1945), o Jardim Paulista (1947), a Vila Palhares (1947), a Vila Santa Rita (1950), a Vila Silvestre (1950), a Vila Operária II (1950), a Vila Ouro Verde (1950), a Vila Santa Cecília (1952) e a Vila Ribeiro (1952) (FLOETER, 2007, p.83).

Em 1960, todo o estado passa por um processo de modernização agrícola, do qual resulta a proletarização do trabalho no campo, fazendo com que grande parte das pessoas que residem nas zonas rurais migre para a cidade. O mesmo ocorre em Assis, quando “estes novos habitantes acabavam por se instalar nas franjas da cidade formando os chamados “bairros rurais”” (SPINARD, 2014, p.30).

Ao longo dos anos poucos investimentos foram feitos pelo poder público nessas áreas mais precárias da cidade, onde vivia a população carente, sendo que os serviços e equipamentos urbanos eram instalados nas áreas onde residia a população de maior renda, perpetuando uma desigualdade sócioespacial na cidade (SPINARD, 2014, p.30).

Silva (1996) caracteriza o processo de urbanização de Assis em três momentos. O primeiro, na década de 1920, com a construção de casas destinadas aos trabalhadores da Companhia de Estrada de Ferro Sorocabana, gerando as vilas ferroviárias. No segundo momento, entre os anos de 1968 e 1970 (período da ditadura militar), por intermédio do Banco Nacional de Habilitação (BNH) e a Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP), que promoveram financiamentos de moradias construindo conjuntos habitacionais. E, por último, a impossibilidade de conseguir habitar o espaço urbano fez com que a população criasse suas próprias táticas, reunindo-se entre si para a construção de suas moradias.

Em 1950, dois importantes novos equipamentos contribuíram para o crescimento urbano de Assis. São eles: o Mercado Municipal e a Estação Rodoviária. Porém, foi a partir de 1970 que se intensificou o processo de urbanização em Assis, motivado tanto pela abertura de novos loteamentos na cidade, como pela chegada da Rodovia Raposo Tavares.

Durante o período de ditadura militar no país, um Plano Diretor se tornou quase uma obrigatoriedade para que os municípios obtivessem recursos, já que neste momento o capital estava centralizado no âmbito Federal. No caso de Assis, este plano não passou de um relatório elaborado sobre a situação da cidade, mas sobre o desenvolvimento do município

nenhuma proposta ficou concluída. De acordo com Floeter (2007), isto pode estar relacionado com o clima político da época, dificultando o diálogo entre os grupos que mantinham diferentes interesses políticos e econômicos.

O crescimento da cidade, após os anos de 1990, foi sendo redefinido de acordo com o nível socioeconômico da população. Nas áreas a oeste, sudoeste e noroeste de Assis, passam a ocupar, predominantemente, pessoas com baixa renda. As relações entre a gestão pública e os loteadores permearam a trajetória de Assis ao longo de sua história.

Na realidade, cada vez mais, passa a estar evidente o perfil da expansão territorial urbana em Assis, a partir de uma “elitização” dos eixos a leste e uma popularização na faixa oeste. Se, por um lado, o capital imobiliário se mobiliza para estratégias e novos investimentos nos setores a leste, na outra porção da cidade está se concentrando a população com baixo poder aquisitivo, inclusive por meio da ação direta do poder público, quando consideramos a construção de grandes conjuntos habitacionais nestas áreas. Tal processo parece ficar mais evidente a partir da década de 1990, quando os espaços residenciais fechados começam a ser implantados. (MIYAZAKI, 2013, p. 247)

A cidade de Assis, atualmente, possui uma população de aproximadamente cem mil habitantes, de acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2018. Desse número, mais de noventa por cento das pessoas residem em território urbano. Com uma economia diversificada, os destaques estão nas áreas de agricultura, comércio e prestação de serviços.

Na área da educação, Assis pode ser considerada um importante polo educacional por abrigar núcleos de ensino superior, fazendo, assim, com que estudantes de diferentes localidades se desloquem para a mesma. Como foi o caso dos fundadores da CIRCUS, que vieram cursar psicologia.

A atual Faculdade de Ciências e Letras de Assis (FCL-Assis) se constituiu num contexto de expansão do ensino superior público para o interior do estado. A cidade recebe, em 1958, a partir da Lei Estadual 3826, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (FAFIA) - Instituto Isolado de Ensino Superior, sendo esta inaugurada em 16 de agosto, de forma a Atender a demanda estudantil por vagas no ensino superior bem como a ampliação do contingente de professores formados para o exercício do magistério secundário.

No ano de 1976, com a unificação administrativa dos Institutos Isolados existentes no interior do Estado, que deu origem a Universidade Estadual Paulista (UNESP) o curso de

filosofia foi transferido para a Universidade Estadual Paulista de Marília. Restaram no Campus de Assis os cursos de Letras, História e Psicologia. Anos mais tarde, a universidade agregou os cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Biotecnológica.

Outra instituição de ensino, presente na cidade, é o Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis (IMESA), criado mais tarde, em 1985. De caráter privado, é mantida pela Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA). Esta instituição oferece dez cursos de nível superior, exercendo grande influência com projetos e ações na cidade e região. Entre os cursos estão: Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Fotografia, Medicina, Publicidade e Propaganda e Química Industrial. Acrescente-se a essas duas mais antigas e importantes instituições universitárias outras mais recentes que se instalaram na cidade: a Universidade Paulista (UNIP) e a Universidade Paranaense de Educação à Distância (UNIPAR). Outra instituição de ensino superior é o Instituto Educacional de Assis (IEDA) que oferece um único curso: Curso de Educação Física.

No que diz respeito especificamente ao assunto principal dessa pesquisa, cabe destacar o papel que a Faculdade de filosofia Ciências e Letras de Assis, criada em 1958, posteriormente transformada em Campus da UNESP, teve nas produções culturais e nos movimentos sociais da cidade¹. Quando da criação da FAFIA Assis poderia ser descrita como uma pequena cidade bastante provinciana. A criação de uma faculdade trouxe para ela várias novidades, típicas das grandes cidades. Desde professores reconhecidos como intelectuais², formados na principal universidade do Estado, a USP, alguns com formação no exterior, até prédios com dimensões e concepções arquitetônicas típicas da arquitetura moderna, até então inexistentes na cidade. Além disso, os cursos que foram implantados passaram a receber muitos estudantes de outras cidades e de outros Estados formando uma comunidade com características próprias contrastando com padrões de vida e de moralidade locais.

O ambiente universitário que se formou na UNESP-Assis foi muito marcado por intensas manifestações culturais e políticas, ao longo de toda sua história. Os movimentos de maio de 68, a resistência contra a ditadura militar e o Movimento pela Redemocratização do país podem ser tomados como os principais exemplos de uma intensa atividade política de estudantes e docentes do Campus de Assis, com profundas reverberações na cidade. As

¹ Toda argumentação sobre a importância da UNESP na cultura na vida cultural e política da cidade está baseada numa publicação dessa Universidade em comemoração aos 50 anos do Campus de Assis (Da SILVA &

² Antônio Cândido, reconhecido e renomado intelectual brasileiro, foi um dos primeiros docentes da FAFIA.

recentes manifestações em defesa da educação, que ocorreram na cidade, nos dias 15 e 30 de junho deste ano, contaram com uma expressiva presença de professores e estudantes da UNESP corroborando a tradição desse Campus na política.

Inúmeras ações, inclusive muitas relacionadas a estágios curriculares, contribuíram significativamente para a fomentação de movimentos sociais, de coletivos, de associações, em geral, ligadas à defesa da cidadania e direitos de minorias e segmentos da população vítimas de violência e preconceito.

Especificamente no campo da cultura a presença da UNESP e de sua antecessora, a FAFIA, também prestaram contribuições muito significativas. Como é da tradição das universidades públicas as produções culturais caminham juntas com as produções científicas, ainda mais num campus com a predominância das ciências humanas e que por muito tempo ainda abrigou um curso de filosofia.

Indubitavelmente essa instituição de ensino superior sempre foi uma fonte inestimável de produção cultural, tanto pelas suas próprias produções quanto por apresentações de produções de outros lugares que ela atraía. Espetáculos de música, teatro, dança; performances urbanas; exposições de artes plásticas, apresentações de arte popular e folclórica; cinema e tantas outras de modalidades de arte e cultura sempre fizeram parte do cotidiano desse Campus. Não foi por acaso que a CIRCUS – coletivo que está sendo tomado como foco desta pesquisa - nasceu dentro dele e aí se abrigou nos seus anos iniciais.

Contudo, Spinard (2014) considera que, hoje, a cidade de Assis encontra-se numa posição de estagnação, dentro do cenário regional. Apesar da grande contribuição, de trabalhos e estudos voltados para o planejamento da cidade, inclusive feito pelo coletivo que estamos apresentando nesta pesquisa, a CIRCUS, poucas políticas públicas foram efetuadas para sua melhoria. Dessa forma, a iniciativa privada se favorece, tomando para si grande poder de intervenção na configuração dos espaços urbanos de Assis.

3.2 Chegando à Assis e à CIRCUS

Em 2012, quando ingressei para o curso de psicologia³, conheci alguns coletivos com diferentes propostas de ação. Da rua a universidade e vice-versa seus objetivos estavam ligados, em sua maioria, a projetos culturais. Em meu primeiro ano de faculdade comecei a frequentar um espaço chamado “Galpão Cultural” que ficava localizado na Vila Operária. Neste espaço aconteciam vários tipos de atividades tais como oficinas de teatro, de dança, maracatu, malabares, rodas de capoeira, entre outros eventos. O espaço era ocupado por alguns coletivos que se organizavam no intuito de mantê-lo com a proposta de oferecer atividades artístico-culturais. Mais tarde veio a se tornar Ponto de Cultura⁴ de Assis.

Para esta pesquisa acompanhamos o trabalho de um desses coletivos, CIRCUS (Circuito de Interação de Redes Sociais), formado por estudantes do curso de psicologia tiveram o circo como um ímã para sua criação. O nome CIRCUS faz referência à vivência circense de seus integrantes, mas inclui também o que queriam afirmar enquanto coletivo, que era a ideia de trabalho em rede, bastante presente no grupo. Entendiam ser essa uma forma de fortalecer seus projetos.

Para as autoras Silva e Gonzaga (2005), a rede como um fenômeno coletivo tende a se articular com outros coletivos ou grupos que se encontram numa condição produtiva. Neste sentido, as redes operam como processos em trânsito, sempre pressupondo movimento. As redes atravessam e são atravessadas necessariamente, pelo tecido social, econômico, político, tecnológico, cultural, portanto está sempre num processo dinâmico de transformação. Cada rede irá se estruturar de acordo com o campo de forças na qual está inserida, sendo constituída a partir das relações de contradição e cooperação.

Redes são fenômenos coletivos, isto é, sua dinâmica implica relacionamento no âmbito dos grupos, sejam eles conjuntos de proteínas, células, espécies, sítios na internet, pessoas ou comunidades. A rede aparece quando é acionada, a dinâmica das redes é o resultado da ação de conexão de muitos em interação produtiva (SILVA; GONZAGA, 2005, p.5).

³ Formação em psicologia pela Universidade Estadual Paulista de Assis.

⁴ Um Ponto de Cultura pode ser uma entidade cultural, com personalidade jurídica, ou um coletivo cultural, que desenvolva e realize suas ações culturais continuadas em uma determinada comunidade ou território. (<http://culturaviva.gov.br/>)

A intenção aqui é a de tentar contar a trajetória desse coletivo e seu processo de formação, buscando ilustrar sua relação com a cidade, apresentando práticas e dinâmicas de atividades. Nesta rede, outros coletivos e intervenções atravessam a história deste grupo. As trocas de ideias, reflexões, diálogos, momentos das reuniões e encontros casuais fizeram parte da construção desta cartografia desenhada por muitas mãos. Para este diálogo procuramos mesclar as falas dos integrantes do coletivo, textos de apresentação de eventos, matérias divulgados em páginas de redes sociais, *sites* e mídias locais, documentos e editais de eventos disponibilizados pelo coletivo, além de teses e dissertações produzidas pelos próprios integrantes, que abordaram em seus trabalhos as atividades da CIRCUS. Todas as fontes serão tratadas como pontos de ligação para alinhar as fases, entraves e realizações do grupo.

3.2.1 CIRCUS - Circuito de Interação de Redes Sociais

Art. 1º – O CIRCUITO DE INTERAÇÃO DE REDES SOCIAIS, também designado pela sigla, CIRCUS, constituída em 02 de dezembro de 2001, sob a forma de associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com duração por tempo indeterminado, apartidária, autônoma, com sede na Travessa Sorocabana, 40, Centro, CEP 19800-019, no município de Assis, Estado de São Paulo e jurisdição em todo território nacional (ESTATUTO CIRCUS, 2015).

O primeiro passo para a formação da CIRCUS têm seu início quando quatro de seus integrantes foram para o hospital psiquiátrico em La Borde, na França. Esta oportunidade surgiu ligada a uma proposta de estágio da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP-Assis) onde cursavam psicologia. Incentivados pela professora de psicologia, Sonia Aparecida Moreira França, conseguiram realizar o intercambio que foi de grande valor agregador para as experiências que estariam por vir. Pois bem, lá, tiveram a oportunidade de conhecer a arte do Clown e de se aproximarem das referências do circo. Este contato foi fundamental para a posterior criação deste coletivo.

Após o retorno de todos, foi sendo construída a ideia de realizar oficinas de palhaço a partir das experiências que tiveram por lá. Neste momento uma grupalidade já estava sendo delineada, como afirma uma das integrantes em seu trabalho de mestrado sobre o circo intitulado “Passagens circenses”, “a proposta coletiva dava seus primeiros passos”.

De reuniões em reuniões o circo compunha outros espaços daquelas pessoas. Primeiros encontros, final do ano dois mil e início de 2001, descoberta de palhaços. Simplesmente querer fazer, mas não havia alguém que apresentasse o caminho. Uma breve e importante experimentação do coletivo. “Oficinas” caseiras maquiando rostos, quebrando gestos e olhares, delineando aquela experiência de criação de novos corpos, novas vidas. Das casas saídas em intervenções urbanas; e a lona, aos retalhos, foi se costurando (VALÉRIO, 2007, p. 64).

Neste início da caminhada um encontro acontece dando mais folego as intenções do grupo. Mario Bolegnesi⁵ ou Marinho, como o chamam, foi um grande incentivador para o grupo realizar suas apostas em relação às oficinas. Como palhaço e ex-trapezista que viveu no circo, foi ele quem orientou o grupo no início de suas atividades como oficinairos de circo. As chamadas “Oficinas Livres de Circo”, uma das primeiras apostas do grupo circense, passaram a acontecer todo sábado num pequeno campo de futebol da universidade e permaneceu durante cinco anos, aberto a população da cidade e aos alunos da Universidade.

Paralelamente, outro trabalho estava em processo, estavam ali, psicólogas e psicólogos apostando em práticas que divergiam do que era esperado ao exercício desta profissão. As preocupações percorriam suas discussões e estavam elas ligadas a sustentabilidade do coletivo. O que pretendiam era uma grupalidade como forma de dar conta de uma vida profissional e que possibilitasse, ao mesmo tempo, “outro modo de compreender a prática psi, outra forma de pensar a sustentabilidade das pessoas”⁶.

No último ano de faculdade, em 2001, algumas propostas estavam sendo articuladas. O coletivo permanecia aberto para a entrada de novas pessoas e a ideia era promover algo que permitisse que seus projetos fossem levados adiante. Chegaram a pensar em tipos associação, trabalhos com cooperativas, até a abertura de uma empresa foi considerado, mas ao compartilharem essas ideias algumas pessoas sugeriram que a formação de uma Organização não-Governamental (ONG) poderia ser interessante para o que pretendiam.

Tendo concluído a graduação, buscaram formas de colocar em prática seus projetos que estavam em andamento e pesquisando descobriram a existência do movimento das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)⁷, que a pouco tinha sido

⁵ Docente do Curso de Filosofia da UNESP-Campus de Marília.

⁶ Diálogo com associado da CIRCUS e membro da equipe de gestão do Galpão Cultural.

⁷ O processo de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) é instituído pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicas-de-justica/entidades/oscip-1>>.

instituída. A diferença entre ONG e OSCIP se resume ao fato de que a segunda permite a remuneração dos prestadores de serviços.

A opção de titulação pela OSCIP, na época, foi porque era o único meio que abria brecha dos sócios e associados receberem com contrato com o poder público. Na época, outras entidades olhavam com queixa por ser uma OSCIP pela possibilidade de receber recursos públicos para pagamento de pessoal. Não para a diretoria, mas para prestadores de serviço. A gente era muito contra ao trabalho voluntário embora sempre se tenha trabalhado voluntariamente⁸.

O processo de institucionalização foi um trabalho que se deu ao longo de um ano, e no dia 2 de dezembro de 2001 a CIRCUS passou a ser uma OSCIP.

A construção deste coletivo foi uma maneira que encontraram para buscar outras formas sustentabilidade que não estivessem confinadas às dinâmicas produtivistas do modelo hegemônico do capital, mas que tornasse possível focar em forças coletivas de trabalho, a partir de práticas que pudessem compor com a filosofia, as ciências e as artes.

A CIRCUS compreende que suas ações partem dos sentidos ético, estético e político, os quais definem da seguinte forma:

Possibilitar esta perspectiva ética exige uma série de estratégias políticas que permitem criar e sustentar uma forma coletiva de trabalho, pois, apesar das relações em grupo serem mais complexas, suas ações são amplas e perenes. Assim, entende-se que este seja um primeiro passo para alterar um papel pouco atuante do cidadão dentro de um sistema democrático representativo, procura-se também, propor um outro paradigma que contribua para um enriquecimento das práticas políticas: uma democracia participativa que se efetua a partir da atuação direta da população frente as suas necessidades e as formas de habitar o mundo. Há ainda uma terceira dimensão nesta postura, além da ética e da política: o plano estético. Quando se pensa em princípios (no caso éticos) para uma ação (que aqui é uma ação política) a consequência é a criação de estilos de vida que problematizem as regras do capital e da moral presentes na sociedade contemporânea. (Projeto circulando, 2003, p.3)

⁸ Diálogo com associado da CIRCUS e membro da equipe de gestão do Galpão Cultural.

3.2.2 Das redes e frentes de trabalho

A CIRCUS tem por objetivo a criação de uma rede de interação social que favoreça uma atuação cooperativa. Seu trabalho é orientado a partir da noção de território, deste modo, busca fortalecer a comunicação entre esses, priorizando, no primeiro momento, indentificar as ações que já estão sendo desenvolvidas, para então, estabelecer possíveis parcerias.

Desde sua formação, atuou em diversas frentes de trabalho, integrando os campos da saúde, educação, trabalho, habitação e cultura. Estar em várias frentes de atuação é uma característica presente neste coletivo, assim como a ideia de rede social esta relacionada com a interação e conexão entre coletivos e/ou grupalidades, pois entendem que o trabalho em rede pode encontrar mais força para suas ações.

Já esteve presente em conselhos, em todos os conselhos da cidade, aí já trabalhou com catador, já trabalhou com horta comunitária urbana, já trabalhou em assentamento, já trabalhou com permacultura e bioconstrução, já trabalhou com movimentos na cidade⁹.

Na educação, atuaram em parceria com a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis (COOCASSIS) e o núcleo de estágio de assessoria à Cooperativa da UNESP de Assis, para a elaboração de uma metodologia de alfabetização de jovens e adultos no contexto de organização coletiva do trabalho, esta ação ocorreu em 2004. Também, neste início de trabalho como instituição, foram convidados a prestar serviço de capacitação para professores da rede pública, na área da filosofia.

Na parte cultural, um dos primeiros projetos desenvolvidos pelo coletivo foi o “Projeto Cinecirco”, que entre os anos de 2004 e 2006 circulou por várias cidades do interior de São Paulo. Com projeções de filmes em praças públicas, sua proposta estava relacionada à junção da arte cinematográfica, com exibições de filmes nacionais, à arte circense, com espetáculos de circo.

⁹ Diálogo com associada da CIRCUS e integrante da equipe de gestão do Galpão Cultural.

Inicia-se com a exibição de um longa-metragem nacional e logo em seguida a apresentação de um espetáculo de circo. Este composto com os seguintes números: malabarismos - de bolinhas, claves, argolas e swing-, contorcionismo, acrobacia, pirofagia, entradas e reprises de palhaços, todos apresentados pelos mestres de cerimônia, ou apresentadores. A duração média é de três horas e é apresentado em cidades ou distritos com menos de cinco mil habitantes que não recebem visitas de circos e onde tampouco há salas de cinema. (VALÉRIO, 2007, p.4).

Outro projeto desenvolvido no campo da cultura foi o “Projeto Circulando”, que teve apoio da COOCASSIS, Caritas Diocesanas (Organismo da Igreja Católica Voltada para a Ação Social) e da Associação de Amigos da Promoção Humana da Vila Prudenciana. Este trabalho teve como objetivo promover oficinas de circo-teatro para crianças e jovens de bairros com baixos índices socioeconômicos. Entre os anos de 2003 e 2006, o projeto foi realizado com os alunos da Escola Estadual “Léa Rosa Melo Andregretti”, com as crianças da creche municipal “Casa da Criança”, que utilizavam o espaço do Barracão da Ficar – Feira da Indústria e do Comércio de Assis e Região, e na Cooperativa de Catadores, com os filhos dos cooperados. Os encontros aconteciam uma vez por semana, com duração de três horas. O intuito do projeto era viabilizar um espaço efetivo de educação artístico-cultural.

Na área do trabalho, foi desenvolvido em 2003, em parceria entre a CIRCUS e Caritas Diocesanas a formação de duas cooperativas, uma de cozinheiras e outra de costureiras. A partir do Programa de Geração e Renda (PGR) que consiste em apoiar pessoas em situação de desemprego ou subemprego, a ideia era a de criar e fortalecer formas coletivas de trabalho e geração de renda. A CIRCUS prestou assessoria a estes grupos até o ano de 2004.

O trabalho de assessoria com cooperativas continuou, na parceria com a COOCASSIS. Além dessa, surgiram outras parcerias, ao longo dos anos, como a Incubadora Tecnologia de Cooperativas Populares (ITCPs) – INCOP UNESP/Assis, que junto a CIRCUS, participaram do processo de fortalecimento da Associação Quataense de Materiais Recicláveis (ASQUARE), em 2010.

O trabalho da CIRCUS, voltado para a assessoria de cooperativas, ganhou destaque entre as atividades desenvolvidas pelo coletivo. A maioria dos integrantes que fundaram a CIRCUS passou pela INCOP UNESP/Assis, então desde a graduação já havia uma inserção neste campo, com atuação junto a cooperativas.

Desde 2009, a CIRCUS vem trabalhando em parceria com a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC). Esta parceria tem início, quando um dos membros da CIRCUS vai para Florianópolis realizar uma pesquisa de

mestrado e é a partir dessa experiência e do contato com pessoas da área que surge o convite para trabalhar na ABIHPEC. A perspectiva de trabalho adotada pelo coletivo vai de encontro com as diretrizes da INCOOP UNESP/Assis, as quais se baseiam no investimento direto em cooperativas e no fortalecimento dos movimentos sociais.

Desde então, este trabalho integra as ações da CIRCUS que acaba por criar um núcleo interno de formação e assessoria de cooperativas, chamado Formação. Como articuladora e formadora de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, prestando serviços junto aos cooperados, já atuou com 45 cooperativas, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Entre as cidades, estão Assis – SP, Santa Bárbara d'Oeste – SP, Santos – SP, Catanduva – SP, Araçatuba – SP, Franca – SP, Ribeirão Preto – SP, Jacareí – SP, Teresópolis – RJ, Mesquita – RJ, Barra Mansa – RJ, Niterói – RJ, Resende – RJ.

Houve momentos em que a atuação na saúde e na área do trabalho foi complementar, como quando receberam a proposta para implantar o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CRST) em parceria com as Caritas Diocesanas. Buscaram apresentar estratégias para pensar a saúde do trabalhador e a organização do trabalho. A parceria foi aprovada pela Secretaria da Saúde e pela Câmara dos Vereadores, em novembro de 2004. Este último trabalho não foi efetivado, isto por conta da ação de empresas que eram contra a esta ideia.

Desde 2001, a CIRCUS participa da realização da Semana da Luta Antimanicomial de Assis, juntamente com o Conselho Regional de Psicologia. Seu trabalho também envolve assessoria à Associação de Usuários, Amigos e Familiares da Saúde Mental de Assis (PIRASSIS)¹⁰, por meio de ações de geração de trabalho e renda.

A atuação em Conselhos Gestores é uma linha muito cara para a CIRCUS. Como afirma uma das associadas:

*“falhar na ponte de controle social é uma perda, pois implica justamente na posição de estar substituindo o que o Estado deveria fazer”.*¹¹

¹⁰ A PIRASSIS é uma entidade sem fins lucrativos, formada desde 2002 a partir de um grupo de estágio de psicologia, profissionais, familiares e usuários do Centro de Atenção Psicossocial de Assis (CAPS). Compreende a criação de projetos que viabilizem a geração de trabalho e renda, a construção de moradias terapêuticas, o fortalecimento dos princípios da reforma psiquiátrica.

¹¹ Diálogo com associada e integrante do Conselho Fiscal da CIRCUS.

Nesta perspectiva, um dos trabalhos desenvolvido na área da saúde foi o projeto “Para Pensar Nossa Participação” (PPP), realizado pela CIRCUS em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. Com o intuito de ampliar a participação da população nas discussões sobre políticas públicas foram desenvolvidos materiais impressos para divulgar e compartilhar informações referentes à atuação da Sociedade Civil nos espaços de Controle Social.

Também para fomentar a discussão local, com o intuito de promover espaços coletivos que vise debater, de forma participativa, a gestão e implementação de políticas públicas na cidade foi criado o “Projeto Ágora”. Referente às ágoras gregas, no qual o espaço público era tomado pelos cidadãos para discutir os rumos da cidade (polis), o “Projeto Ágora” também surge com a proposta de acontecer em espaços públicos da cidade de Assis, abarcando diferentes temas como “A organização coletiva do trabalho”, “Políticas Públicas Culturais”, e outros.

Nas atividades voltadas para a formação do grupo, participaram, ministraram e organizaram cursos, fóruns e congressos municipais e regionais. Há, também, as pesquisas acadêmicas que foram compondo a formação do coletivo, com estudos no campo da arte, políticas públicas e outros. Como exemplo: “Do perigo das ruas ao risco do picadeiro: circo social e práticas educacionais não governamentais” (CASSOLI, 2006); “A condição da arte e os novos paraísos artificiais” (ZANETTI, 2007); “Subjetivações e tecnologias da cidadania: cartografias sobre uma rede social” (SOUZA, 2006); “Passagens Circenses” (VALÉRIO, 2007); “A produção histórica da criança/infância, sua apropriação pelos discursos médico, pedagógico e psicológico e o devir-criança que escapa aos efeitos desses enunciados” (RODRIGUES, 2010); Figuras da clínica psi na atualidade: algumas contribuições à saúde mental coletiva (BASOLI, 2018);

O trabalho da CIRCUS é atravessado por três diretrizes, sendo elas: socioambiental, que tem como frente os trabalhos realizados com as cooperativas nos serviços de resíduos sólidos; a produção cultural, que se estabelece na promoção de eventos culturais; e terceiro, a parte de Controle Social, que seria a ocupação em conselhos municipais e estaduais de saúde, trabalho, educação, etc.

Conforme define o coletivo:

Sua missão social é gerir com a comunidade ações orientadas para a administração coletiva de questões relacionadas ao Município, com o objetivo de intensificar as ações de Controle Social sobre as Políticas Públicas. Tem o intuito, ainda, de criar ou intensificar um circuito de interação entre as redes sociais como estratégia para problematizar as setorizações de saberes e práticas presentes nos processos de individuação do contemporâneo.¹²

Com várias frentes de trabalho, essas são algumas das realizações e atividades, dentre outras que serão apresentadas nesta pesquisa, promovidas pelo coletivo, “*alguns trabalhos deram certo, outros nem tanto*”, conforme afirmou um dos fundadores da entidade.

3.2.3 Plano Diretor... *Participativo?*

Em fevereiro de 2005, a CIRCUS publica um artigo no Jornal Diário de Assis, no qual busca discutir e, também, divulgar o processo de construção do Plano Diretor para a população. O Ministério das Cidades, que há pouco tinha sido instituído, estabelece a obrigatoriedade da formulação de um Plano Diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes.

A partir da publicação deste artigo, o coletivo é convidado a participar da construção do Plano Diretor da cidade. Neste momento, essas discussões estavam afloradas com a ideia de que este plano pudesse trazer grandes conquistas para o desenvolvimento da cidade, visto que era obrigatório que o Plano Diretor fosse participativo, caso contrário, o prefeito poderia ser processado por improbidade administrativa.

A CIRCUS, então, começa a mobilizar vários espaços de discussão, desenvolver oficinas, “Oficinas de Sensibilização”, com o intuito de estimular a participação da população. Entra em contato com o Ministério das Cidades e com o Instituto de Políticas Públicas Urbanas (URBES). Inicia a articulação de um movimento para tentar construir um planejamento que fosse efetivamente participativo.

Em junho de 2006, ocorre o “1º Fórum Municipal do Plano Diretor Participativo” na Câmara Municipal, que contou com palestras e mesas de discussão. Foi criado um Conselho de Desenvolvimento Urbano, o qual a CIRCUS participou de algumas reuniões.

¹² Dossiê Galpão Cultural 2018.

Entre os anos de 2005 e 2006, este trabalho vai sendo construído ainda em articulação com a CIRCUS. No entanto, em sua fase final, percebem que o projeto já havia sido totalmente cooptado pelos interesses econômicos e políticos de alguns poucos empresários, detentores de muitas propriedades, e acabam retirando sua participação. Conforme afirma um dos associados:

*Acabamos sendo, de alguma forma, um pouco usados, mas também garatirmos alguns processos coletivos e participativos, mas não com a mobilização social que gostaríamos de ter feito.*¹³

O Plano Diretor, segundo sua concepção original, deve ser construído a partir da participação da Sociedade Civil, por meio de um processo coletivo, desde sua elaboração até sua implantação, devendo ser continuamente revisto e alterado conforme as mudanças sociais. O processo de desenvolvimento urbano deve pressupor a condição dinâmica de nossas cidades e de sua complexidade.

3.3 Galpão Cultural

A primeira sede oficial da CIRCUS foi a casa de uma professora da UNESP, Sonia França, já citada neste trabalho, esteve como protagonista em todo processo de criação do coletivo. Neste espaço, o coletivo trabalhou durante um período de tempo, depois acabaram ganhando uma sala, disponibilizada pela UNESP. No entanto, era importante e necessário para o grupo um local onde pudessem guardar os materiais do circo e desenvolver suas atividades, ensaios, oficinas, etc.. E então, na busca por um espaço para desenvolver seus trabalhos encontraram um galpão desocupado.

Além da CIRCUS, outros coletivos fizeram parte do processo de ocupação deste espaço. Entre eles estava a já mencionada PIRASSIS, com o trabalho das oficinas; o Instituto do Negro de Assis - Zimbauê¹⁴, que realizava encontros de capoeira, eventos e oficinas, e por um período manteve, também, um cursinho popular. Trupe Retalhos, um coletivo formado

¹³ Diálogo com associado.

¹⁴ Fundado em 2004, Zimbauê – Instituto do Negro de Assis é uma entidade, sem fins lucrativos, militante da causa negra. Trabalha por uma formação política e educacional, pela reconstrução da identidade étnica, da autoestima e cidadania dos afro-brasileiros.

por artistas circenses e, ainda, juntava-se a esses últimos, o grupo de teatro chamado Casa do ator.

Ainda que cada um desses coletivos sustentassem propostas diferentes entre si, objetivos em comum movimentava a ação conjunta. Mantinham-se alinhados quanto à formação cidadã e o desenvolvimento cultural da comunidade de Assis.

No ano de 2006, um galpão localizado na Vila Operária, região periférica da cidade, passou a ser ocupado pelos os mesmos, e ali foi criado um espaço de cultura, identificado como Galpão Cultural. Conforme o espaço ia ganhando destaque na cidade outros grupos passaram a compor o território, ampliando a oferta de atividades, bem como atingindo um maior número de pessoas interessadas em participar.

O espaço que era alugado contava com a contribuição dos coletivos para ser mantido. Com a realização de festas e outros eventos, algum recurso era levantado e dessa forma caminhavam com os projetos. Entretanto, o objetivo era o de que o poder público local reconhecesse o espaço e se responsabilizasse conjuntamente.

Entre os períodos de 2010 e 2012, o Galpão Cultural se consolidou como Ponto de Cultura. Por meio de edital, no qual, concorrem entidades, coletivos e organizações com propostas culturais, a Política Nacional de Cultura Viva, que antes era o Programa Cultura Viva, foi implementada em 2004 pelo Ministério da Cultura e a Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado.

Esta política tem por objetivo promover a articulação em rede de iniciativas de bases comunitárias, sendo materializada na criação de Pontos de Cultura. Apresentada, hoje, como Lei Cultura Viva é considerada uma conquista política, historicamente reivindicada por coletivos e entidades culturais, exerce apoio a coletivos e entidades que já desenvolvem atividades culturais locais.

Durante esses anos, os coletivos que ocupavam o galpão permaneceram com tranquilidade na continuação de seus projetos, mas quando encerrado o fomento as dificuldades financeiras para manter o espaço foram despontando e tornando a permanência difícil. Sem o apoio da prefeitura, o custo do espaço e de sua manutenção tornou-se o motivo condutor para que o Galpão Cultural tivesse que fechar as portas.

Apesar de toda potência que o espaço tinha apesar da quantidade monstruosa de atividade que a gente fazia a prefeitura não dava nenhum apoio. No segundo ano a prefeitura pagou o aluguel e depois por três anos ficaram enrolando. A proprietária sempre foi muito compreensiva com relação aos atrasos, na medida do possível, ela sempre nos acolheu¹⁵.

3.3.1 A ocupação: Galpão Cultural, Travessa Sorocabana, 40, centro

Olha, tem um espaço no centro que ta abandonado!

(...)

É isso, é agora¹⁶!

Arcar com os custos de locação já não estava sendo possível para os coletivos. No ano de 2013, quando voltam às buscas por um novo espaço se deparam com um outro galpão, mas este na região central da cidade. O galpão estava abandonado e era uma antiga casa que trabalhava com cimento. Não exitaram com a oportunidade, chamaram o chaveiro e pediram para abrir.

A gente chamou o chaveiro mandou abrir a porta, pagamos, e ele abriu. A gente entrou, olhou. Viu que não tinha nada mesmo, viu que o espaço era muito legal. Aí, fechamos de novo, e nos reunimos pra ver o que a gente ia fazer¹⁷.

No dia de ocupar todos nos aproximamos muito. Chegamos muito perto, fizemos uma corrente mesmo, humana. Uma corrente pra arrebentar um cadeado. A gente tava se fortalecendo pra arrebentar um cadeado e rebentar uma nova vida.

E aí, entrando lá, aquela luz batendo nas vidraças quebradas. Aquela luz entrando naquele galpão e muita poeira subindo, uma poeira fina, difícil de eliminar. (...)

Eu lembro que foi maravilhoso, uma conquista realmente coletiva¹⁸.

¹⁵ Diálogo com associado e co-fundador da CIRCUS.

¹⁶ Diálogo com associado e co-fundador da CIRCUS.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Fala extraída de material de mídia (vídeo), publicado em rede social. Nome do vídeo: “Relatos sobre o Galpão”.

De vez em quando, aparecia um ou outro dizendo que precisávamos desocupar o espaço.

Mais tarde, descobriu-se que havia um deputado que usava muitos e vários locais da cidade abandonados pra montar a empresa de cimento dele. E ficar rico!¹⁹

A palavra ocupação ganha diferentes sentidos, políticos e simbólicos, que são definidos por quem sustenta tal ação. De um lado, como forma de remuneração de um capital financeiro, de outro como fortalecimento de espaços coletivos, de vida, de criação, de defesa dos direitos sociais, de expressão e de experimentação.

3.3.2 Revira Galpão

O espaço que a CIRCUS ocupa atualmente está localizado na região central de Assis, e vem sendo mantido desde 2013. A ideia, hoje, é a de que o Galpão Cultural possa garantir certa sustentabilidade para seu funcionamento. A CIRCUS como mantenedora do espaço, arca com todas as despesas, mas a intenção é a de que o Galpão não dependa de uma única organização para sua continuidade. Pensar a autonomia do Galpão é pauta no fórum que reúne a equipe, coletivos e pessoas que ali desenvolvem projetos.

O Galpão Cultural pode ser considerado como uma incubadora de projetos, isto porque, sua forma de trabalhar em rede articula ao mesmo tempo em que aproxima outros grupos e coletivos. Muitas pessoas passaram a circular naquele território e com isso foi crescendo a necessidade de uma organização para dar conta das demandas que vão sendo geradas.

A partir dessas discussões organizou-se uma equipe que seria responsável pela articulação entre os coletivos e pessoas que fazem uso frequente do espaço. Daí começou a se pensar na criação de um fórum que aconteceria mensalmente para planejar o uso do espaço, organizar os horários das oficinas e eventos, fazer manutenção da limpeza e dos materiais. Revira Galpão foi um evento planejado neste intuito, pensar a rotina e articular entre os grupos que ocupam de alguma forma o Galpão e começar a propor algumas pequenas reformas.

¹⁹ Diálogo com associado e co-fundador da CIRCUS.

Todas essas movimentações foram dando vida ao espaço, o Galpão Cultural foi ganhando cada vez mais presença na cidade, sendo reconhecido pela população de Assis como um novo território de circulação.

Acho que o espaço se revigora com o movimento, com uma vassoura que se passa no chão, com uma tinta que se passa na parede, e com muita e muitas festas e ações culturais que acontecem no espaço²⁰.

3.3.3 Do outro lado da linha do trem

Figura 1 - Fotografia da fachada do Galpão Cultural



Fonte: Jornal digital Assiscity

Localizado na região central da cidade, o Galpão Cultural está entre a linha do trem e uma rua sem saída. Por estar nessa rua sem saída (de frente à entrada) com a autorização da prefeitura, é possível fechar a rua para apresentações teatrais, festas e outros eventos. Com uma área interna, a do prédio, extensa, o Galpão é dividido em dois andares, sendo que no

²⁰ Fala extraída de material de mídia (vídeo) publicado em rede social. Nome do vídeo: “Relatos sobre o Galpão”.

primeiro o espaço é composto por um grande salão, onde são realizadas oficinas, apresentações diversas, eventos culturais, etc.. Uma das salas, pensada para a exibição de filmes, conta com equipamentos de projeção, lá também, algumas outras atividades são realizadas, como os encontros de Yoga. Outro ambiente abriga uma biblioteca, além de uma brinquedoteca. Uma cozinha, uma sala para reunião, um local onde ficam os equipamentos de áudio, vídeo e luz, e uma sala verde (ambiente com plantas e composteira), compõem a parte superior do galpão.

No começo desta pesquisa estava em tramitação o processo de regulamentação do espaço. Desde 2013, a ocupação do Galpão seguia de forma irregular, o que inviabilizava várias ações e projetos, principalmente com relação aos reparos e a manutenção do prédio. Em 2018, foi concedida a Cessão de Uso do Imóvel, por meio do Programa de Destinação do Patrimônio da Extinta RFFSA para Apoio ao Desenvolvimento Local²¹. A partir da obtenção deste documento, foi possível pleitear recursos pra reformas estruturais do Galpão Cultural.

Atualmente, o Galpão esta passando por reformas, tanto internas quanto externas. Na parte interna, houve melhorias nos banheiros e no telhado, a biblioteca foi ampliada e, também, foram instaladas rampas de acessibilidade. Este projeto foi realizado a partir do apoio da ProAC Municípios, do Governo do Estado de São Paulo por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, da Prefeitura Municipal de Assis e Secretaria Municipal de Cultura de Assis.

Além da parte interna, a fachada do Galpão também está sendo revitalizada. A frente do prédio foi pintada e, agora, a ideia é criar uma nova arte para a fachada e, para que esta reconstrução seja coletiva, a equipe do Galpão fez uma chamada a toda comunidade, convidado para a “Arte na Fachada”. Este evento é uma realização da CIRCUS junto à equipe do Galpão Cultural.

O galpão Cultural é um dispositivo de expressão artística, cultural e humana. Espaço de encontros, produções, reflexões e acontecimentos culturais e artísticos. Mas também de debate político, inquietação filosófica, de demonstração de afetos e de liberdade para a expressão de si mesmo²².

²¹ O objetivo principal deste Programa é apoiar ações locais nas áreas de desenvolvimento social, urbano e ambiental mediante a regularização, cessão ou compartilhamento da gestão de imóveis da União oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, visando, por sua vez, assegurar o cumprimento da função socioambiental desse importante patrimônio público. <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/publicacoes/programa-de-destinacao-do-patrimonio-da-extinta>>

²² Dossiê Galpão Cultural 2018.

3.4 Circulando coletividades

A diversidade de propostas que o Galpão Cultural abrange muito se deve as múltiplas coletividades que ocupam o espaço. Algumas de maneira itinerante, estabelecendo parcerias pontuais e, outras, que permanecem com ações frequentes.

Além dos já citados, Zimbauê e PIRASSIS, com ações frequentes, atualmente no Galpão, estão presentes: Grupo de Capoeira (regional), Angoleiros do Sertão (capoeira Angola), Cursinho Popular UNEAfró (Núcleo Assis) e Maracatodos.

A equipe do Galpão é responsável por sua agenda, que durante a semana é formada pelas oficinas de culinária, yoga, malabarismo, teatro, capoeira regional e capoeira angola. Das atividades ofertadas no espaço, à medida que outras propostas vão surgindo, a programação vai sendo alterada, como o cursinho Popular UNEAfró - Núcleo Assis que passará a compor a agenda a partir do mês de agosto deste ano.

Figura 2 – Programação das atividades do Galpão Cultural

| Agenda | | GALPÃO CULTURAL ASSIS - SP | | | | | Semana | |
|---|---|--|---|--|---|--|--------|--|
| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb | | |
| | 6h Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | 6h Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | 6h Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | 6h Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | | | | |
| | 7h30 Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | 7h30 Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | 7h30 Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | 7h30 Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | | | | |
| | 8h30 Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | 8h30 Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | 8h30 Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | 8h30 Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | | | | |
| 15h Malabarismo <small>Com Augusto</small> | 9h30 Capoeira Angola <small>Com Bianca</small> | | 9h30 Capoeira Angola <small>Com Bianca</small> | 9h30 Capoeira Angola CAPS <small>Com Ingrid</small> | | 15h Maracatodos <small>Com Daniel Bendo</small> | | |
| | 12h30 Teatro CAPS <small>Com Rafael Brasil</small> | | | 12h30 Ensaio Loko na Rôa <small>Priscila</small> | | | | |
| | 14h Culinária <small>Priscila</small> | | | 18h30 Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | | | | |
| | 19h Capoeira Regional <small>Com Rui</small> | 19h Capoeira Angola <small>Com Bianca</small> | 19h30 Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | 19h Capoeira Angola <small>Com Bianca</small> | 19h Capoeira Regional <small>Com Rui</small> | | | |
| | 20h30 Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | 21h Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | 20h Teatro <small>Com Ingrid Brasil</small> | 21h Yoga <small>Com Daniel Bendo</small> | | | | |

circus.org.br Inscrições direto com a(o) responsável pela oficina. #galpaoculturalassis

Fonte: Pagina de rede social do Ponto de Cultura Galpão Cultural

A festa junina que é realizada todo ano no Galpão é um evento que permite ilustrar as várias ações coletivas que circulam no espaço. Este ano, o “12º Arraia do Galpão Cultural e 4º Festa Jupira” contou com a parceria de nove entidades. A festa é organizada coletivamente,

desde a pré-produção e depois com o trabalho de decoração e montagem das estruturas. Durante a festa, cada grupo fica responsável por uma barraca e, no final, o dinheiro arrecadado é dividido entre os grupos participantes. O evento é organizado a partir dos grupos interessados, assim, a cada ano, uma nova organização pode ser criada.

Este ano o evento foi realizado pelo Coletivo Espontaneísta, Cine Clube Exílio, PIRASSIS, Rede Trem Bão, Coletivo Amigo dos Animais de Assis, Curi Horta, Coletivo de Forró da UNESP, Zimbauê e PCO – Partido da Causa Operária.

Dos grupos que participaram este ano da festa junina, é possível notar grande diversidade. Cabe aqui fazer uma breve apresentação daqueles que ainda não foram citados neste trabalho.

O Clube de Cinema Exílio tem a proposta de exibir filmes e realizar discussões sobre temáticas que consideram importantes, acerca da arte e sociedade. Com projeções programadas para ocorrer uma vez ao mês, os encontros acontecem na sala de projeções do Galpão Cultural.

A Rede Trem Bão promove a comercialização direta entre produtores da Cooperativa dos Agricultores de Boa Esperança - COOAABE e consumidores. Atua desde 2014, alinhada aos princípios da Economia Solidária e do Comércio Justo. Tem realizado no Galpão Cultural a “Feira Popular de Economia Solidária”.

O Coletivo Amigo dos Animais de Assis, reuni pessoas que trabalham de forma voluntária, atuando no controle e manejo dos animais abandonados.

O projeto Curi Horta tem por objetivo compartilhar experiências relacionadas à gestão de hortas coletivas, promove encontros que visa aprofundar conhecimentos ligados ao cultivo ecológico, versando entre teoria e prática.

Ainda, convêm referir dois outros grupos que estão em constante parceria com o Galpão. O primeiro é o clube de leitura Leia Mulheres, que tem como proposta a leitura de autoras mulheres. O Leia Mulheres de Assis é um desdobramento de uma campanha realizada em 2014, pela escritora Joanna Walsh, com o propósito de denunciar a hegemonia dos homens nas produções literárias. Em Assis, o clube de leitura é, atualmente, mediado por duas mulheres, e os encontros ocorrem todo mês, aos domingos, no Galpão Cultural.

O segundo grupo é o Coletivo 215 REC, com uma atuação ligada à cultura de rua. Este coletivo criou, em 2015, a Batalha do Velho Oeste – BVO, um evento que atrai muitas

pessoas da cidade e região. Várias edições da BVO já aconteceram em parceria com o Galpão Cultural. O evento tem como foco principal as batalhas de improvisação de rima, mas outras intervenções também integram a programação, como exposições artísticas, apresentações musicais e de dança.

É possível observar, a partir desta breve apresentação, a pluralidade de coletivos e de ações que compõem o Galpão e, também, outros espaços da cidade. O Galpão é o lugar de reunião de coletivos, de execução de espetáculos e incubação de eventos, é, também, um espaço que necessita de movimentação e articulação com outros territórios para garantir sua continuidade.

São diversos os eventos promovidos pelo Galpão Cultural. Idealizados e realizados pelas diferentes entidades integrantes, pelo Projeto Ponto de Cultura e pelos grupos que participam do espaço, os eventos buscam atingir a comunidade e dar movimento ao que é produzido no espaço, afirmando as manifestações artístico-culturais, criando e recriando novas formas de fazer arte e cultura, fazendo circular vivências das mais variadas.²³

O espaço já contou com diversas parcerias para seu florescimento. O Galpão Cultural é um território feito por quem o produz, daqueles que o preenchem com cartazes, poesias, danças, festas, conversas, desejos. Um espaço que não se define pela dureza de sua estrutura, mas por seus fluxos.

Conforme já apontado, a CIRCUS é a mantenedora do espaço, Galpão Cultural, alguns de seus associados também compõem a equipe do Galpão. Entretanto, a relação que a CIRCUS pretende ter com o Galpão, é baseada na busca por sua autonomia.

O trabalho da CIRCUS como produtora cultural e formadora de projetos rendeu muitos eventos artístico-culturais, tanto promovidos como apoiados pelo coletivo, e é sobre alguns deles que falaremos a diante.

²³ Dossiê Galpão Cultural 2018

3.4.1 Encontro de Palhaços

O Encontro de Palhaços é a consolidação de um sonho antigo da CIRCUS: fomentar a arte da palhaçaria e intensificar um circuito cultural através do encontro entre diversas categorias circenses, artistas locais e pesquisadores, criando espaços de reflexão, trocas de experiências e conhecimentos, e de apreciação de apresentações artísticas. O 7º Encontro é a possibilidade de dar continuidade a este projeto que vem se tornando referência, especialmente no interior, trazendo um circuito de circenses e palhaços para o Sudoeste do Estado, fomentando um circuito cultural tendo o palhaço, figura central do circo (especialmente itinerante/família) e tão presente da arte de rua, como mobilizadora de uma festividade bastante singular. Por fim, o Encontro de Palhaços é a oportunidade de promover uma espécie de “cultivo e produção” de memória em uma região do estado que há quase cinquenta anos, carrega em sua história lembranças da passagem de circos, lembranças de palhaços, fortalecendo, deste modo, esta relação tão singular entre o circo e a cidade²⁴.

Completando sete edições, o Encontro de Palhaços vem compondo a proposta da CIRCUS de promoção cultural na cidade de Assis e região. Desde 2008, quando realizada sua primeira edição, o Encontro segue com o objetivo de fomentar a arte da palhaçaria e intensificar o circuito cultural, e já recebeu artistas de diversas regiões do Brasil e países latino-americanos. Atualmente, o Encontro de Palhaços está inserido no Circuito Nacional de Palhaçaria.

Figura 3 – V Encontro de Palhaços



Fonte: <http://encontrodepalhacos.blogspot.com/>

²⁴ Texto de projeto enviado à ProAC para a realização do sétimo Encontro de Palhaços. <<http://www.editaisproac.sp.gov.br/InscricoesEditaisUFDPC/download/downloadArquivo.action;jsessionid=B0F2CCF401FEA0D7095829CD4D5971BE?arq.id=6203>>

A programação do evento compreende apresentações artísticas, oficinas, exibição de filmes e documentários, lançamentos de livros, mesas de discussão e espaços de confraternização. Os Encontros de Palhaços acontecem espalhados em vários pontos da cidade, não ficando restrito a um único território. Há intervenções em praças, na rua, em espaços culturais da cidade, abarcando tanto áreas centrais como periféricas.

A CIRCUS, então, é um grupo amante da arte circense, sempre ligada a esta, promove neste encontro, para além das apresentações, espaços de reflexão e discussão. Tendo em vista que, muitas prefeituras recusam a presença desses artistas, por não quererem despender de recursos ou mesmo por considerarem pouco relevantes, o circo tem sido cada vez mais desvalorizado no cenário cultural.

Como pontua Bolognesi:

Os circos enfrentam dificuldades de toda ordem, que desestimulam o trabalho artístico e tolhem a população do acesso à mais antiga forma de espetáculo popular do país. Dentre as várias razões desse declínio, uma deve ser pontuada com ênfase: muitas vezes, as Prefeituras e as autoridades municipais não se sensibilizam para receber o circo em suas cidades. Ao contrário, colocam barreiras das mais diversas naturezas, quando não proibem sumariamente a entrada do circo no município.²⁵

3.4.2 Mostra o lixo

A II Mostra o Lixo retorna à cena revirando as lixeiras das cidades, não apenas no que diz respeito aos seus restos materiais, como também os restos imateriais. Aos restos da cidade somam-se refugos de nossas memórias sentimentais, relacionais e biográficas. Coletando as sobras resultantes da relação entre sujeito e espaços urbanos, o lixo é reinventado sob o olhar de diferentes linguagens artísticas. Artes plásticas, teatro, dança, fotografia, cinema e música invadem Assis durante o mês de junho, convidando toda a região para repensar nossa relação sobre tudo aquilo que expelimos de nosso cotidiano²⁶.

Este é um trecho do texto de divulgação da II Mostra o lixo, promovido em 2015 pelo coletivo da CIRCUS, contou com a parceria de outros atores e entidades locais para sua realização. O evento aconteceu com uma extensa programação para o mês de junho daquele ano, com apresentações de teatro, música, dança, exibição de filmes e documentários, exposições, oficinas, entre outras.

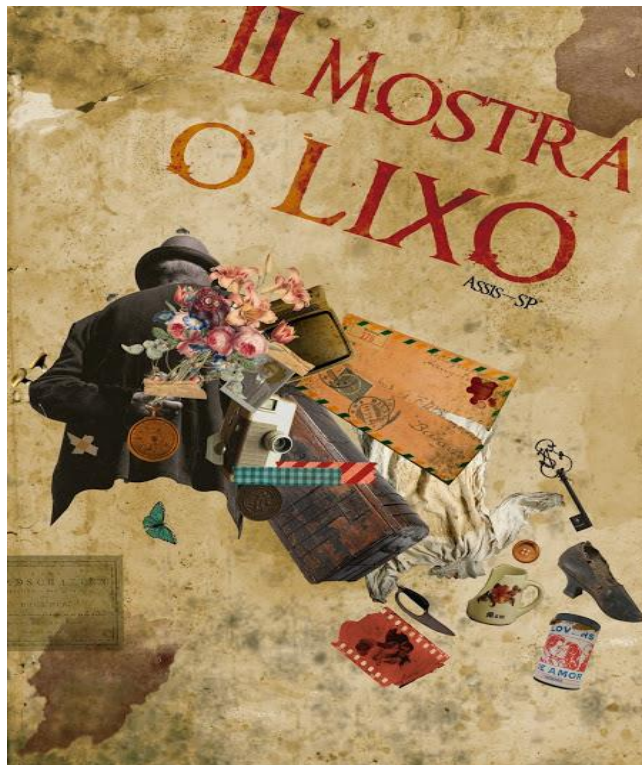
²⁵ Cartilha “O CIRCO E A CIDADE” Mario Bolognesi.

²⁶ <mostraolixo.wordpress.com>

A proposta do evento é colocar em destaque a temática do lixo, de maneira a ampliar as discussões em relação aos resíduos materiais e imateriais e sua relação com o espaço urbano. Nesta perspectiva, a noção de lixo, resíduo, dejetos e outros referentes é desnaturalizada de seu sentido restrito e passa a ocupar o campo subjetivo. De acordo com as pretensões do coletivo, a ideia do evento:

É promover o caos simbólico para decodificar a realidade imediata e ressignificar objetos (no caso, residuais) seria a grande contribuição da linguagem artística ao trazer ao público a pluralidade de signos invisíveis que expressam a temática do lixo²⁷.

Figura 4 - Cartaz de Divulgação Mostra o Lixo



Fonte: < <https://mostraolixo.wordpress.com/ii-mostra-o-lixo/> >

Mostra o Lixo vem de uma iniciativa de um dos associados, o mesmo que insere a CIRCUS no trabalho com a ABIHPEC. Após ter concluído o doutorado e iniciando o pós-doutorado, no qual o tema de alguns capítulos era o lixo, acaba entrando em contato com obras e espetáculos que usam o lixo como matéria prima. A ideia, então, foi enviar um projeto para concorrer pelo edital ProAC, que dava a possibilidade de financiar um festival sobre o

²⁷Material submetido a ProAC e disponibilizado à pesquisa pela CIRCUS.

tema. A primeira Mostra ocorre em 2012, ela usa de todas as linguagens e formas estéticas, que tem o lixo como tema. A Mostra vem com essa concepção, colocar o lixo como tema central das discussões, não era a intenção do evento o discurso do ambientalmente correto.

3.4.3 Revista Circuito

A primeira edição da Revista Circuito foi lançada em setembro do ano de 2014, em formato digital. A princípio a Revista tinha como proposta divulgar as ações realizadas pela CIRCUS, dar foco as produções culturais, sociais e também ações políticas que pudessem dar ênfase as suas práticas. Mas esta intenção foi ganhando novos contornos a partir da experiência e do processo de elaboração do material.

“O processo criativo é uma “bagunça.” Cada pessoa que entra, traz um pouco de si²⁸”.

Este trazer um pouco de si, como afirma um dos associados e organizadores da Revista, foi o que deu corpo a criação de um material que não prescindisse de uma temática fechada. Na medida em que recebiam os materiais, como poemas, textos, músicas, história, fotografias, a Revista foi se delineando em uma produção singular a cada edição. A partir disso a proposta se reconfigurou em um novo conceito, que é o de valorizar e dar vazão às produções locais.

Com sete edições, sendo seu último exemplar lançado este ano, a Revista Circuito recebeu apoio pelo Programa de Ação Cultural (ProAC) em quatro delas. Para a CIRCUS, a Circuito desempenha um importante papel institucional, pois através da Revista é possível acessar o trabalho do coletivo, por meio do material impresso ou digital, podendo circular por outros espaços, obter maior alcance territorial. Além disso, permite uma aproximação com as pessoas da cidade e região, pois se configura como espaço de expressão da produção artística e literária local.

A sexta edição da Revista trouxe como fio condutor a temática do corpo. O título que faz referência ao filósofo Spinoza e desenrolasse nas contribuições de Deleuze, dispara a pergunta: “O que pode o corpo”?

²⁸ Diálogo com Associado da CIRCUS, membro da equipe de gestão do Galpão Cultural e compõe o corpo editorial da Revista Circuito.

Esta edição nos dá algumas pistas sobre a proposta da Circuito, sustentada no texto de apresentação da Revista.

Figura 3- Capa da Revista Circuito 6ª Edição



A Revista Circuito faz sua estratégia. Permite-se atravessar. Desenha a cada edição, este circuito de expressões artísticas, a partir das obras que recebemos, sem prévia definição temática. Nesta dança do acaso, na multiplicidade do espontâneo, o corpo agora se coloca em evidência. No sexto número da Revista Circuito, a boca vazante transborda contra os consentimentos. Nosso Dom Juan veste saias, enquanto objetos são subvertidos de sua tradicional utilidade pelos vícios que não se rendem ao ideário do corpo produtivo. A vida brota do corpo desde sua espinha dorsal, rasga a epiderme, recorta-o, realoca com outros em fragmentos que se movimentam como dança harmônica flertando com o caos. [...] O corpo, no encontro com a arte, expande-se, conecta-se com a rua, com o público, com quem se interessa e também com os desavisados. Carrega consigo um matulão aberto, mais que isto, rasgado, vazando intensidades e travessas. Com a alegria dos brincantes, mobiliza, se agita, pulsa, reinventa, cria realidades em fragmentos²⁹.

3.4.4 FLIA – Feira Literária de Assis

Outro evento em que a CIRCUS esteve na realização foi a Feira Literária de Assis (FLiA), com duas edições, tendo sido a primeira em 2017. Este evento buscou a partir da temática literária discutir o cenário editorial e seus desafios, e ampliar as redes de comunicação entre os coletivos que são atravessados por tal temática. A FLiA surgiu a partir da demanda de pessoas interessadas em articular eventos que abarcava a questão literária. Neste sentido, partiu com a ideia de ser um evento de articulação e aquecimento de uma rede literária de Assis e região.

²⁹ Revista Circuito, sexta edição, publicada em 2017 <www.circus.org.br/circuito>.

A segunda edição da Feira que levou o nome de II FLiA – Mulheres, realizada em 2018, priorizou o processo editorial realizado por mulheres, apontando a invisibilidade destas nesse campo de trabalho. Para a organização do evento, esteve junto à organização da FLiA, o projeto Leia Mulheres. Este projeto tem intensão de divulgar obras literárias de autoras mulheres, promove encontros uma vez ao mês, aos domingos, no espaço do Galpão Cultural.

Figura 4 – Cartaz de divulgação II FLiA-Mulheres³⁰



Na última edição da FLiA, o momento político do país estava voltado para as eleições de 2018. A II FLiA – Mulheres ocorreu entre os dias 19 e 21 de outubro de 2018, entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais. Não poderia ser diferente, o evento foi envolvido pelo fervor de discussões políticas e carregado por uma atmosfera tensa diante do que poderia resultar das urnas. No dia 23 de outubro, numa terça-feira à noite, o Galpão Cultural de Assis, sede da CIRCUS e Ponto de Cultura da cidade, sofre um ataque por uma bomba que foi lançada na frente do

prédio. O jornal Assiscity, relatou o ocorrido e de acordo com o depoimento prestado pelo professor de capoeira, que estava presente no momento, este acontecimento teria relação com questões políticas, considerando que havia um carro estacionado na frente do Galpão com adesivo do candidato Haddad e sua vice Manuela D'Ávila.

Diante da atualidade em que esta pesquisa se encontra, consideradas as últimas eleições e, tendo em vista, que o candidato eleito sustenta discursos de cunho

³⁰ Fonte: <https://ibb.co/iWBf7K>

ultraconservador com propostas de governo que garantem o retrocesso do país, a pergunta que fica é: até que ponto, o momento atual, pode trazer florescimento para as relações dessas coletividades? Tendo em vista o avanço de políticas ultraconservadoras que tem se estabelecido no país e em várias partes do mundo, diante daquilo que se trata de um golpe não somente econômico, mas de ordem ultraconservadora.

(Diário de bordo, janeiro de 2019).

Carta aberta

Em resposta ao ocorrido, a CIRCUS divulgou, em sua página de rede social, uma carta, na qual, repudia o ataque ao Ponto de Cultura Galpão Cultural, e declara seu posicionamento político naquelas eleições. Em apoio, outros coletivos e parceiros também se manifestaram. Segue o conteúdo da carta³¹:

Assis, 25 de outubro de 2018.

A CIRCUS - Circuito de Interação de Redes Sociais, desde sua fundação, em 2001, vem apostando, enquanto princípios éticos, na potencialização de espaços coletivos, múltiplos, diversos, através de suas ações.

Potencializamos intervenções que possam de algum modo, efetivamente, construir caminhos para uma realidade mais digna, saudável e quem sabe, alegre.

Esse caminho que estamos traçando não é linear, tampouco isento de fortes contradições e equívocos. A linha que um dia inaugurou a CIRCUS e que continua viva é de ser um lugar em que alguns sonhos e projetos podem acontecer, um lugar que valoriza o Encontro entre pessoas e, por consequência, os debates, os embates e a produção de conhecimento.

Porém, neste momento em que nos encontramos no Brasil, em um cenário que ainda nomeamos “democrático”, entendemos e concordamos que os mais diversos discursos e gestos fascistas têm tido “aval”, ao sentirem-se autorizados a acontecerem e produzirem o terror tupiniquim. Estes, estão agora vestidos numa faceta extremamente perigosa, qual seja, aquela que naturaliza a violência que coage, que silencia e, até mesmo, mata.

³¹ Material acessado pelo link <
https://www.facebook.com/permalink.php?id=1257339294311266&story_fbid=2203129566398896>

Neste sentido, repudiamos o atentado ao Ponto de Cultura Galpão Cultural ocorrido no dia 23 de outubro, no qual uma bomba foi estourada em frente ao prédio. Assim, pela primeira vez, nos posicionamos nesse jogo político eleitoral e reafirmamos a defesa da saúde da sociedade, a favor da diversidade, dos movimentos de minorias, das conquistas no campo do trabalho e educação, a favor dos debates públicos, a favor da fala e da vida. A favor dos sonhos! É essa nossa posição!

A favor de Haddad e Manuela!

Pela manutenção e pela vontade de seguir na batalha dentro dessa nossa frágil democracia! Subscvem esta carta:

Rede Brasileira de Teatro de Rua

Grupo de Teatro Fabricantes e Matulão – Assis/SP

Instituto Pombas Urbanas - São Paulo/SP

Ponto de Cultura Galpão da Lua – Presidente Prudente/SP

Projeto Leia Mulheres – Assis/SP

Coletivo Espontaneísta - Assis/SP

215 REC - Assis/SP

Associação Pirassis - Assis/SP

Grupo Teatro em Trâmite – Florianópolis/SC

Instituto de Negro de Assis – Zimbauê – Assis/SP

Cirquinho do Revirado – Criciúma/SC

Madeirite Rosa – São Paulo/SP

Banda Caburé Canela – Londrina/PR

NPEC - Núcleo de Pesquisa em Expressões Corporais – Assis/SP

Comitê Contra o Golpe – Assis/SP

Vamo Vovó Big Band – Assis/SP

Movimento dos Artistas de Rua de Londrina/PR

Cia Teatro de Garagem – Londrina/PR

Cia Cabra Orleana – São Paulo/SP

SATED – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversão do Estado de São Paulo.”

3.5 O Risco

A história deste grupo é atravessada pela vivência que seus integrantes tiveram tanto no espaço da universidade quanto no espaço da arte. A arte, voltada para o circo, foi a grande condutora para a formação deste coletivo que enxergou no picadeiro uma maneira de integrar em seus trabalhos o campo social e político. Desta junção, entre a psicologia e a arte, toma-se o risco. O risco pode estar em cair do trapézio ou, o de cair nas armadilhas de um sistema de reprodução do capital. “Então o trabalho, seja qual for, não está isento ou prevenido de a todo o momento responder à lógica padronizada que pressupõe a flexibilidade para a adaptação à lógica de pulverização do mercado deste mundo globalizado” (VALÉRIO, 2007 p.63).

3.5.1 Coletivos urbanos e políticas de fomento à Cultura e à Arte

Em junho deste ano, Assis sediou a “Mostra Ruarada de Teatro Assisense”. Este evento foi uma realização do Governo do Estado de São Paulo, pelo ProAC Municípios, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, da Prefeitura Municipal de Assis e Secretaria Municipal de Cultura. Com a proposta de promover intervenções artística-culturais, o evento movimentou vários espaços da cidade, entre esses estava o Ponto de Cultura, Galpão Cultural, onde ocorreram algumas das apresentações, além de rodas de discussão.

Um dos momentos da programação em que estive presente era a roda de conversa sobre arte e movimentos sociais. Lá, foi debatido a respeito das políticas voltadas para a cultura e arte, de maneira que se buscou esboçar como tem sido os programas nacionais de fomento para estas áreas.

Reunindo coletivos de Assis e região, esta roda trouxe como um dos principais assuntos, a importância do fortalecimento de uma rede, principalmente entre coletivos do interior, com o intuito de articular um circuito cultural que pudesse movimentar artistas a partir das parcerias entre os grupos. Além desse, outro ponto levantado se referia à distribuição de verbas por programas do Estado de Incentivo à cultura, considerada injusta por priorizar os projetos da capital enquanto o interior e litoral ficariam com uma parcela proporcionalmente menor.

Estes mesmos assuntos foram discutidos entre coletivos, entidades e pessoas interessadas em compor o “X Encontro Presencial do Fórum das Artes do Interior, Litoral e Grande São Paulo” (FLIGSP) realizado este ano, em março, na cidade de Caraguatatuba. O Fórum reúne artistas, produtores e gestores culturais para “debater o desenvolvimento das Artes da Cena e das Políticas Públicas no que se refere à formação, pesquisa, produção e difusão cultural”. Algumas das pessoas que estiveram presentes no Fórum participaram também da roda.

Discussões como essas são recorrentes nos movimentos artísticos e culturais que buscam entre si formular estratégias para continuar com suas ações. Muitos coletivos e/ou grupos por não serem premiados por nenhum programa de fomento, tem seus projetos temporariamente parados. Desta maneira, outras formas de sustentabilidade são consideradas, como a proposta da roda de discussão, de estabelecer uma rede que viabilize ações conjuntas. No entanto, o que se objetiva é a conquista de espaços efetivos dentro das políticas públicas para ações e propostas artístico-culturais.

O Programa de Ação Cultural (ProAC) é a principal forma que muitos coletivos e/ou grupos artísticos tem para desenvolver seus projetos. Instituído em 2006, o ProAC se operacionaliza por meio de duas formas de apoio, a primeira, o projeto é avaliado por uma comissão julgadora e o recurso proveniente da Secretária de Cultura do Estado. O segundo se dá através de Incentivo Fiscal (ICMS), que seria o apoio por via de patrocínio, onde os projetos são avaliados, também, por uma comissão, e o financiamento provém de empresas e/ou pessoas físicas que abatem o valor total ou parcial do apoio no Imposto de Renda.

O debate sobre as políticas de incentivo à arte e cultura, problematizando seus efeitos, é de extrema importância, já que sua dinâmica de funcionamento está atrelada à lógica neoliberal. Conforme discute Rubim:

Desde a perversa instalação das leis de incentivo, que penetraram e contaminaram toda a arquitetura institucional da cultura, em seus diferentes patamares, existem enormes problemas neste registro. As leis de incentivo, ao ganharem tanto protagonismo, parecem esgotar o tema das políticas de financiamento da cultura, quando não das próprias políticas culturais. Elas agredem a democracia, ao introduzir uma enorme distorção no poder de decisão do Estado e do mercado no uso das verbas públicas. Apesar dos avanços inegáveis, com a instituição de uma política de editais para a cultura no ministério (Fundo Nacional de Cultura) e nas empresas estatais (A Petrobrás é o maior exemplo), o tema ainda demanda um grande esforço para superar a lógica neoliberal que entronizou o mercado como o poder de decisão acerca da cultura brasileira. A revisão ainda não aplicada das leis de incentivo demonstra os limites da atuação neste campo. Mas que isto, a ausência de uma política de financiamento da cultura em plenitude corrói muitas das

iniciativas do ministério, inclusive aquela primordial de fazer o Estado assumir um papel mais ativo na cultura (RUBIM, 2008, p199).

A iniciativa privada, com fins de sempre atender a interesses próprios, investe naquilo que ela considera lucrativo. Deste modo, além deste sistema de fomento colocar as ações culturais sob o julgamento do mercado, no qual, a cultura e a arte ficam confinadas aos seus interesses, ainda submetem seus proponentes à condição de concorrência, o que se revela na perversidade da meritocracia. Tudo isso, torna muito precária e limitada existência da arte e cultura no país. Camuflada por um discurso que se diz democrático, o que acontece é a rendição desses coletivos e/ou grupos a este perverso sistema de fomento.

Uma emboscada! Como sair? Jogamos tudo para o ar? Deixamos à deriva? Já que nos encontramos num beco sem saída. Cavamos um buraco.

(Diário de Bordo 08/07/2019)

CAPÍTULO 4 - DA TUTELA À REPRESSÃO: reflexões sobre a trajetória das “comunidades organizadas”

Como já mencionado a CIRCUS institui-se como OSCIP em 2001. Esta forma de institucionalização começou a ser efetivada no ano de 1999, dentro de um contexto de governo presidido por Fernando Henrique Cardoso. Atualmente, OSCIP não possui validade jurídica, neste caso, a CIRCUS se estabelece como Organização não Governamental (ONG).

A partir dos anos 90, as Organizações não Governamentais (ONGs), no Brasil, ganharam destaque. A forte difusão das ONGs na sociedade e políticas de parcerias implementadas pelo Poder Público que ocorreram neste período, transfere, em partes, as demandas da sociedade, do Estado para o que Gohn (1997) chamou de “comunidades organizadas”.

A partir das análises dos movimentos sociais, buscaremos compreender como se constituem as lutas sociais, atualmente, no Brasil. Tendo em vista que, nas últimas décadas, essas foram tema de interesse para diversos autores, a partir de múltiplas interpretações e diferentes perspectivas teóricas, das ciências sociais e de outros campos de análise. Essa contextualização nos servirá para, posteriormente, aprofundarmos na ideia de coletivos que estamos expondo neste trabalho, sobretudo considerando as recentes mudanças políticas que ocorrem no Brasil e que mudam radicalmente as relações do Estado com a educação, a cultura e com os movimentos sociais.

Se no período do restabelecimento do Estado de Direito e do clima de democracia, regido pela constituição de 1988, predominou um relacionamento do Estado e de governos que procuravam controlar a cultura e os movimentos sociais pela via do financiamento, tal como foi discutido anteriormente, hoje, o que se observa é um movimento de retirada de qualquer incentivo governamental e de ataque moral a esses movimentos e à cultura por parte dos altos escalões do governo federal. Ainda que seja muito cedo para avaliar a profundidade e as consequências de tal virada na política brasileira - de um relativo estado de democracia, tolerância e liberdade, para um regime de extrema direita, autoritária e conservadora - é uma obrigação ética nesta pesquisa pontuar essa questão.

4.1 A recente trajetória dos Movimentos Sociais

Maria da Glória Gohn (1997), em seu livro intitulado “Teoria dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos,” sistematiza as principais teorias e paradigmas sobre os movimentos sociais abordando, amplamente, as discussões e os impasses em vários contextos diferentes. Caminhando pela América do Norte, América Latina e dialogando com autores e teorias também europeias, a autora desembarca no Brasil aonde irá analisar as características dos movimentos sociais levando em conta as mudanças na economia, política e nas relações socioculturais.

Nos anos 70 e início dos anos 80, as análises sobre movimentos sociais foram, predominantemente, pensadas a partir de teorias marxistas. Já nos anos 80 em diante, as análises dos movimentos sociais tiveram influências de autores como Foucault (1981), Guattari (1985), Melucci (1989), entre outros, que ativeram o olhar para a esfera micro, buscando compreender a identidade e as práticas cotidianas dos movimentos. O que estava sendo colocado em análise eram as mudanças socioculturais dos movimentos sociais e o que esses poderiam gerar na esfera política.

Nos anos 80, período pós-ditadura, era pauta na agenda política a participação social, isto aponta para duas questões. A primeira relacionada à crise de governabilidade que tem o poder do Estado desgastado e deslegitimado pelo autoritarismo e a segunda acerca da legitimidade das demandas dos movimentos sociais.

No contexto político-econômico, o mercado informal é redefinido no processo de desenvolvimento social. O setor informal passa a ser considerado um potente gerador de renda, deixando de ser visto como atraso econômico ou expressão de pobreza, embora ele não se estabeleça desligado do setor formal, pelo contrário, é determinado por ele. Esta relação de valorização do setor informal dá condição a uma diminuição da intervenção do Estado na esfera do social. As lutas de trabalhadores ganham outra conotação que diz das reivindicações por emprego e sua manutenção, enquanto que as relações entre os trabalhadores dentro de uma categoria perde força diante do novo cenário.

Gohn (1997) elenca quatro elementos que influenciaram as dinâmicas dos movimentos sociais a partir da década de 90. O primeiro está relacionado à crise econômica que, com o aumento na taxa de desemprego, muitas pessoas passaram a migrar para o trabalho informal. As jornadas de trabalho tornam-se mais longas, o que irá inviabilizar a participação das

pessoas na ocupação de espaços de mobilização. O segundo ponto que a autora levanta, também relacionado ao aumento da atuação das pessoas no terceiro setor, é a desvinculação dos sindicatos. O trabalho informal e autônomo se configura fragmentado e sem unidade para a força mobilizadora. O terceiro ponto, diz da ocupação das ONGs na relação de suporte de produção de algumas mercadorias, ou seja, essas organizações passam a ocupar certa centralidade nas ações dos movimentos, exercendo um papel de representatividade para alguns segmentos. E o quarto, seria o crescente aumento do número de moradores de rua, isso também devido ao inchaço urbano nas grandes cidades e a uma falta de planejamento público para dar conta deste crescimento populacional. O aumento da violência passa a fazer parte do cenário das cidades de qualquer parte do país, os sentimentos de medo e insegurança se instalam gerando conseqüente afastamento das pessoas dos espaços públicos.

O processo de globalização é um fator que vai propiciar novas configurações socioeconômicas e influenciar nas dinâmicas dos movimentos sociais. A chegada de multinacionais e as alianças cada vez mais consolidadas, entre o setor público e o setor privado, vão alimentar uma nova política para a gestão econômica e social. Gohn (1997) fala de um mercado oligopolizado gerido a partir de medidas estatais que regulam a economia de acordo com a maior lucratividade para as empresas. Este sistema, que a autora chama de excludente, enriquece em pouco tempo algumas cidades, fazendo com que uma parcela da população do campo se desloque para os centros urbanos onde grandes polos comerciais se estabelecem. A esta altura, a economia do capital necessita de mão-de-obra especializada, o trabalhador deve ser capacitado para corresponder ao novo contexto de trabalho. Embora tenha tido um aumento de pessoas no mercado de trabalho, grande parte da população ainda continuava desempregada formando o que seria a mão-de-obra reserva.

Criou-se um sistema produtivo mundial, fragmentado, altamente competitivo, baseado na qualidade e no preço dos produtos e ao mesmo tempo gerador de mais miséria porque reduz o número de trabalhadores por unidade produtiva, gerando, portanto, desemprego em massa. Os desempregados ficam sem salário, e as estatísticas sobre a fome sobem; e ficam também sem os benefícios da previdência social pública que, ainda que precária, é uma alternativa no caso das doenças (GOHN, 1997, p. 300).

Considerando as movimentações sociais nas décadas anteriores, nos anos 90 há uma mudança de postura do Estado com relação à sociedade civil. Instituições informais passam a ocupar um lugar entre o mercado e o Estado que se estabelecem na mediação entre movimentos sociais e a elite política. No Brasil, as Organizações não governamentais (ONGs)

destacam-se em sua relação institucional e por parcerias estabelecidas com o poder público, uma nova institucionalidade se esboça, na qual, se reconfigura a noção de esfera pública. Neste sentido, ocorre a construção de uma subesfera que se localiza entre o público (não estatal) e o privado. Então, a esfera pública se estabelece vinculada às instituições não estatais, que vão se colocando cada vez mais atuantes e criando novas dinâmicas com relação à representatividade. As ONGs, por exemplo, se configuram como estruturas informais, mas que passam a exercer o papel de estruturas formais.

Como já pontuado, as lutas sociais dos anos 90 sofreram com mudanças, tanto causadas por influências internas, quanto externas, que redefiniram os modos de atuação, organização e política dos movimentos. Gohn destaca como influência externa, a queda do muro de Berlim, fim da união soviética, crise das utopias. No cenário interno, movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) tiveram mudanças substanciais com relação as suas diretrizes e perspectiva política. Segundo a autora, o MST tornou-se o maior movimento social dos anos 90, ganhando visibilidade na mídia e com isso maior apoio popular. Com os altos índices de desemprego, o aumento de pessoas na rua e a violência urbana, a reforma agrária passou a ser vista como uma possibilidade de enfrentamento desses problemas, já que contribuiria com a redistribuição populacional para o campo. Entretanto, apesar desta grande expressividade que ganhou o movimento, a pauta pela reforma agrária ainda segue como luta desse movimento.

Outros movimentos sociais passaram a se destacar na década de 90. A autora cita alguns que estavam ligados às instituições e organizações que tinham como objetivos pensar a ética e a política. Como exemplo: “Movimento Ética da Política”, a “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”, “Movimento Viva Rio”.

Nesta perspectiva, os movimentos sociais da década de 90 tinham um apelo de consciência individual e não de consciência coletiva como ocorria com relação aos movimentos das décadas anteriores. Tais movimentos estavam pautados num pensamento de caráter solidário e cada vez menos baseados numa estrutura político-partidária. Outra característica levantada é a questão de os movimentos sociais passarem a trabalhar mais relacionados a “campanhas”, por exemplo, campanha contra a fome, pela moradia, pelos direitos humanos, etc.. Como se um terceiro movimento tivesse se apropriado de um movimento mais popular e este passasse a lutar por todos que reivindicam as mesmas pautas.

Se nos anos 60 e 70, muitas organizações, entre elas, ONGs internacionais, atuavam com projetos humanitários ou exerciam um papel de assessoria aos movimentos sociais no Brasil, no final dos anos 80 e início dos anos 90, este contexto é modificado, momento em que se observa um grande aumento no número de ONGs formadas no país.

Com a ascensão do neoliberalismo, nas décadas de 80 e 90, muitos países assistem ao crescimento do terceiro setor, no qual, verifica-se o chamado boom das ONGs. No ano de 1992, a Organização das Nações Unidas (ONU) promove a ECO 92, este evento teve como finalidade promover uma grande reunião entre ONGs. É importante salientar também que a Associação Brasileira de ONGs (ABONG) foi criada um pouco antes deste evento. Neste período, duas mudanças nas ações coletivas nos anos 90 foram pontuadas. A primeira foi o fortalecimento de redes e estruturas nacionais que englobariam todos os movimentos coordenados por ONGs, como ABONG e a CMP - Central dos Movimentos Populares, que se organizavam de maneira macro e centralizada. E o segundo, seria a emergência dos movimentos internacionais. Muitas ONGs Internacionais passam a criar sedes no Brasil, com ações diretas com a população. Este fenômeno foi pensado por alguns autores como um misto entre ONG e movimentos sociais.

Teixeira (2000) em sua dissertação de mestrado distingue e classifica as ONGs em quatro grupos. O primeiro grupo seria composto por organizações que prestam assessoria aos movimentos ao qual estão inseridas ou que estabelecem algum tipo de relação. No segundo grupo estariam as organizações associadas a causas filantrópicas. O terceiro estaria interligado a questões que são próprias de seus objetivos, como por exemplo, organizações ambientalistas que compõe os movimentos relacionados à suas pautas, como seria o caso da *Greenpeace*. Já no quarto grupo, essas organizações estariam diretamente relacionadas a grupos empresariais, criadas por empresas ou pelos próprios empresários.

As vias de negociação entre os movimentos e o Estado ganham novos contornos, que se dá sob o modelo da representatividade. Nesta dinâmica, a elite política estimulava a organização de grupos com interesses concomitantes aos do Estado. Os movimentos sociais passam a se tornar grupos organizados com algum grau de institucionalização. Para suas demandas devem apresentar projetos, planos, propostas, e o poder público se encaixa como um agente de repasse dos recursos.

Nos anos 90, com a criação da carta Magna de 1988, a participação da população em conselhos e colegiados, compôs as lutas e ações sociais. De acordo com a autora, “a forma de

conselho foi de uma demanda básica da maioria dos movimentos sociais brasileiros nos anos 80” (GOHN, 1997, p. 317) e que nos anos 90 foi adotada como estratégia política pelos projetos e planos de governo.

Tais mudanças implicaram em uma nova organização da população, diferente dos movimentos de luta que eram mais direcionados às ações de pressão, a agenda política nacional ganhou novos rumos, devido às mudanças internas e demandas que a globalização e políticas sociais internacionais passaram a impor. Nas novas configurações da agenda política, a participação social se dá de maneira cada vez mais indireta e descentralizada, ou seja, as lutas sociais foram sendo cooptadas.

4.2 Organizações não Governamentais e o compromisso ético

Se nos anos 80, o momento em que o Estado era considerado inimigo, pós-ditadura militar, os movimentos de redemocratização, através das lutas sociais, estabeleceram formas diretas no diálogo com as elites política, assembleias e consultas populares faziam parte da agenda. Já nos anos 90, o diálogo entre o Estado e a sociedade civil se tornou cada vez mais indireto, permeado por instituições, de modo que o poder das elites políticas coordenasse a organização e o acesso da sociedade civil à agenda. Nesta dinâmica, as ONGs se destacam como centrais das ações coletivas, desempenhando o papel de organizadores dos projetos, e não mais como assistência e suporte aos movimentos sociais.

Dessa maneira muitas são as críticas direcionadas às Organizações, inclusive advindas de outras ONGs. A contraditória relação que as ONGs expressam na sociedade e em relação aos movimentos sociais, sendo ela alçada do setor privado, coloca em xeque sua pertinência, tido que suas ações podem acabar servindo apenas como muleta do Estado e consequente manutenção da lógica neoliberal. Como aponta a autora:

Apesar de as ONGs constituírem atores sociais que respondem às expectativas do desenvolvimento da atuação da chamada sociedade civil, os analistas comprometidos com esse ideário não deixam de admitir o risco de reafirmar políticas sociais de cunho neoliberal a que essas organizações estão submetidas (ZARPELON, 2003, p.13).

Ainda segundo a autora, são atribuídos diferentes significados ao termo sociedade civil, no qual, a ação coletiva estaria sujeita. O primeiro corresponderia ao ideário neoliberal,

consoante ao que seria uma política assistencialista e, o segundo, ligado ao campo progressista, estaria comprometido com o fortalecimento da participação política pelos cidadãos.

Por isso, a ênfase na importância de que a ação coletiva, seja ela institucionalizada ou não, esteja comprometida com a criação de canais de controle e a fiscalização de serviços prestados pelo Estado. É dever ético que essas ocupem este lugar de fiscalizadora, garantindo que o Estado não se faça ausente no cumprimento e ampliação de políticas públicas.

4.3 Considerações sobre os “novos movimentos sociais”: redes e a ação coletiva

Para o sistema capitalista a mão-de-obra e a exploração de recursos naturais, deixam de ser suficientes na sociedade contemporânea. Como forma de garantir o consumo de uma produção excedente de produtos, é necessário que se intervenha “nas relações sociais, nos sistemas simbólicos, na identidade individual e nas necessidades” (MELUCCI, 1989, p. 58), ou seja, isto diz de uma integração das bases econômicas, políticas e culturais. Warren (1993) aponta que nos anos 90 os movimentos, sendo redefinido em redes, significaram para as lutas sociais uma nova cultura política e nova concepção sobre o público.

Para Lazarato (2006), os movimentos sociais na atualidade não atuam centralmente na resposta ao conflito, mas operam de forma descentralizada, buscando romper posições conservadoras com a proposta anterior que prevê criar novos modos de subjetivação que se engendrem na coletividade que se pautam no estar junto.

Seja pelo enfraquecimento das mobilizações dos movimentos sociais ou de sua redefinição, o fato é que muitos teóricos acreditam que a ação coletiva, de diversas esferas, vem se reconfigurando enquanto estrutura e organização. Mas, ainda que os fenômenos coletivos passem a ser considerados movimentos de produção e configuração de um novo fazer político e, não mais, como reflexo direto de crises sociais e econômicas, é necessário que esses estejam atentos em não se perderem dos sistemas estruturantes da sociedade, apresentando-se de forma conjunta às lutas de classe. De qualquer maneira, as mudanças econômicas, políticas, sociais, culturais e de produção de subjetividade em curso no Brasil, sobretudo no que diz respeito às relações do Estado com movimentos sociais populares, trazem desafios diferentes daqueles enfrentados anteriormente, incluindo o período da

ditadura militar, implantada em 1964. Porém, essa é uma questão que ultrapassa os objetivos dessa pesquisa e que, talvez, possa ser contemplada em seus desdobramentos ulteriores.

A compreensão de coletivo que refletimos até o momento nos permitiu criar base para algumas considerações acerca do campo de sua constituição e prática. A partir das contribuições dos autores, aqui apresentados e do nosso trabalho de pesquisa com a CIRCUS iremos apresentar a noção de coletivo urbano que foi possível costurar neste trabalho de pesquisa.

CAPÍTULO 5 - CIDADE, COLETIVOS E SUBJETIVAÇÕES

Da Cidade

| | |
|---|--|
| <p style="text-align: center;"><i>Somos homens escurecidos pelo asfalto cindido</i></p> <p style="text-align: center;"><i>E o instante caminhado na velocidade impercebida</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Quando vir o mundo já à porta da morte</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Quando esse instado de morte nos faz ridículo e desespero</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Até onde seguir?</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Meus antepassados eram homens marinhos</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Caçadores de baleias e talvez um pouco tristes</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Eu tenho o asfalto áspero</i></p> <p style="text-align: center;"><i>E linhas de dias inacabados</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Quando o chegar não se tem um dono e nem um encanto sortilégio</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Nossos dias são como verdades risíveis</i></p> <p style="text-align: center;"><i>E uma alegria já um tanto mofada</i></p> <p style="text-align: center;"><i>E corar</i></p> | <p style="text-align: center;"><i>Verdade de urbanidade cansada e nada além</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Existência de delicados e gestos vendidos ao acaso de olhos</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Quando puder</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Estaria aqui</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Alegria indita</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Verdade de Olhos</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Tomar de si olhos facínoras</i></p> <p style="text-align: center;"><i>E aonde chegar?</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Minha pequena virtude</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Senhora de eternos cantares</i></p> <p style="text-align: center;"><i>E um incêndio de mágoa</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Quando puder entrar</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Ela se revelará</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Quem?</i></p> <p style="text-align: center;"><i>A cidade aberta</i></p> <p style="text-align: center;"><i>E escurecida.</i></p> <p style="text-align: right;"><i>(Fernando Zanetti)</i></p> |
|---|--|

Apresentando-se como articuladores de propostas de transformação do espaço, são estimulados pela possibilidade de juntar ideias e pô-las em prática de forma coletiva, considerando a ação conjunta como uma possibilidade de mudança mais efetiva do que seria individualmente. A formação coletiva apresenta-se como uma reação aos processos individualizantes presentes no contemporâneo. O caso da CIRCUS é bem ilustrativo. Quatro alunos de graduação que, a partir de uma experiência comum de estágio em psicologia no exterior, utilizando a arte Clown, se somam a um docente com experiência circense e a outro apoiador para formar um grupo de experimentação dessa arte como forma de intervenção cultural em espaços da cidade diversos, inclusive as ruas. Daí o grupo se amplia, se organiza como um coletivo, se institucionaliza juridicamente, se fortalece com incentivos

governamentais, se conecta com outros coletivos e, juntos, criam um espaço de cultura na cidade – o denominado Galpão Cultural - produzindo um circuito ou rede social que insere na cidade um novo espaço e modo de subjetivação.

Estes *modos de fazer* instauram uma diferença, pois desde seu princípio básico, a própria formação associativa, se apresentam como tática antagônica ao crescente isolamento e processo de individualização do homem contemporâneo, capturado pelo capitalismo globalizado (PAIM, 2009, p.231).

Os coletivos podem ou não se estabelecer por um período maior de tempo para sua duração, mas contam sempre com a entrada e saída de pessoas. Neste sentido, estão sempre em movimento, as pessoas, as ideias e suas práticas estão em constante processo de construção. O coletivo está sempre sendo moldado e remoldado de acordo com os desejos e a participação de novas pessoas. A CIRCUS surge como um agrupamento informal de amigos interessados em arte circense, se formaliza como uma OSCIP, depois como uma ONG e passa diversificar suas atividades, serviços e parcerias.

Os fenômenos coletivos se definem pelo seu modo de fazer. Conforme Paim:

Cada coletivo cria sua plataforma de ação, seu repertório. Há alguns que adotam um programa único em função dos interesses de seus integrantes, mas pode-se afirmar que, em geral, os repertórios são flexíveis e adaptáveis a realidades onde eles querem intervir. Além de incorporar outras disciplinas, incorporam outros sujeitos e grupos sociais (2009, p.158).

Valorizam um trabalho participativo e em rede com o propósito de compartilhar experiências com outros grupos e estabelecer parcerias que possibilitem o retorno para todas as partes. Conta com um número menor de pessoas que trabalham em torno de um ou mais projetos, dependendo do interesse coletivo. Apresentam-se de forma não hierárquica e as frentes de trabalho são assumidas de acordo com a aptidão e desejo das pessoas que fazem parte do coletivo.

Considerando que a demanda pela qual o coletivo irá trabalhar parte de um território específico, sua atuação vai de encontro com as tramas da atualidade, indica a dinâmica do urbano quando rompe com ela, dos problemas da vida cotidiana e de sua rigidez. No entanto, ainda que os coletivos trabalhem no sentido de mudança, visando a criação ou a transformação de algo, esses “não devem ser vistos como propositores de grandes rupturas ou

revoluções. Os coletivos atuam de maneira molecular, provocam vazamentos no dia-a-dia, na vida ordinária, nos espaços cotidianos” (PAIM, 2009, p.231).

Para tanto, pensando os coletivos como movimentos insurgentes e de propositores de um modo de fazer, é importante pontuar que esses devem se colocar em contínua posição crítica. Pois, a relação que essas ações coletivas, sejam elas institucionalizadas ou não, vão desempenhar junto à sociedade civil, não estão isentas de se constituírem como mais um dispositivo de controle sobre a população. Não estão livres de cair na armadilha da manutenção social.

Em “Somos todos grupelhos”, Guattari (1985) afirma que nós nos constituímos múltiplos, sendo nossa subjetividade sempre de grupo (p.18 notas). O autor, ao falar sobre a necessidade de superarmos a esfera privada adverte que, ao invés de indivíduo devemos pensar em grupos, em nós enquanto grupelhos. A máquina social dominante estabelece como força de controle modos de nos subjetivarmos a partir de uma visão individualizante da vida, como estratégia de tornar o indivíduo vulnerável, pois sozinho fica à mercê de imposições hegemônicas, sendo mais fácil de ser capturado pelos discursos das classes dominantes. Subverter as amarras do sistema dominante do capital é um trabalho que exige de um corpo coletivo e de uma organização que se estabeleça sempre no movimento da autocrítica. Os grupos correspondem a uma ameaça aos poderes hegemônicos quando esses se colocam a questionar o poder das instituições.

Nesta perspectiva, afirmarmo-nos enquanto coletivo diz de uma postura política, significa compreender que os processos de subjetivação estão sempre em conexão com os processos sociais. São os agenciamentos coletivos de enunciação que nos compõem enquanto sujeitas e sujeitos. Compreender esta relação significa admitir seu lugar social, econômico, seus privilégios e seu lugar negligenciado.

Neste sentido, entendemos que o trabalho de atuação dos coletivos nos espaços urbanos, conforme pudemos observar na CIRCUS, pode criar possibilidades para lançar novas discussões e temas que colaborem para a sociabilidade e construção das cidades, pois suas intervenções se mesclam em denúncias e anúncios às novas ideias. Sua proposta de ocupar e atuar com intervenções na cidade dá vazão a novas experiências de criação em um território.

Esta ideia vai ao encontro com o que Guattari propõe para pensar cidade. A cidade vista como “Cidade subjetiva” (GUATTARI, 1992) está entre os espaços formados por muros, prédios, casas, avenidas; é o espaço da experiência cotidiana marcado pela presença

histórica, social, econômica e política. Os processos de subjetivação são produzidos em meio a essa relação vivida entre a arquitetura e os marcadores sociais. Assim, o espaço é composto por fluxos que constroem e desconstroem lugares, posições, conceitos; modos de vidas pluralizantes que atravessam de forma individual e coletiva a experiência dos cidadãos.

Posto isso, levanta-se a questão de como produzir um futuro em que o coletivo seja menos serializado. De acordo com Guattari, as cidades se constituem em grandes máquinas produtoras de subjetividades individuais e coletivas, na qual especialistas, arquitetos e urbanistas, “por meio de equipamentos materiais e imateriais” (1992, p.172), tecem os modos de existência que revelam posições éticas-políticas.

Para tanto, Guattari (1992) alerta sobre a dinâmica que coloca o ser humano em condições desterritorializadas, numa subjetividade nômade, de um nomadismo generalizado. Num mundo onde de tudo é possível circular sem fronteiras, nos deparamos com uma condição estática, de paisagens “fixadas”, ou seja, há um paradoxo, onde tudo está em circulação, mas tudo parece petrificar-se.

Mas enfatizemos imediatamente o paradoxo. Tudo circula: as músicas, os slogans publicitários, os turistas, os chips da informática, as filiais industriais e, ao mesmo tempo, tudo parece petrificar-se, permanecer no lugar, tanto as diferenças se esbatem entre as coisas, entre os homens e os estados de coisas. No seio de espaços padronizados tudo se tornou intercambiável, equivalente. Os turistas, por exemplo, fazem viagens quase imóveis, sendo depositados nos mesmos tipos de cabine de avião, de *pullman*, de quartos de hotel e vendo desfilar diante de seus olhos paisagens que se encontraram cem vezes em suas telas de televisão, ou em prospectos turísticos. Assim a subjetividade se encontra ameaçada de paralisia (GUATTARI, 1992 p.169).

O autor manifesta que a subjetividade encontra-se ameaçada de paralisia, sendo necessário nos recompormos. Diante disso, ele fala de uma restauração da “cidade subjetiva”, um resgate de singularidades individuais e coletivas. Sua denúncia está em nos despertarmos de um falso nomadismo, o qual, nos mantém no mesmo lugar.

Guattari (1992) propõe aos urbanistas e arquitetos que suas obras sejam elaboradas da maneira como um maestro faz viver sua canção. Teriam eles, por função, buscar pontos de ruptura, modos singulares de existência para conduzirem a construção das cidades, produzir movimentos para a proliferação subjetiva, de maneira a se saltarem para fora da serialização e dos modos hegemônicos de produção. Deveriam oportunizar a multiplicação dos arranjos territoriais de modo que as gerações futuras pudessem ter possibilidades de pensar e sentir

diferentemente de nós. Na perspectiva de se quebrar padrões universais de urbanização é preciso ir pela via da “ressingularização”, como afirma o autor. Quando os urbanistas planejam a cidade estão trabalhando com pluralidades não universais, com singularidades individuais e coletivas e a serviço dessas. Projetar e planejar requer um conjunto de “assinantes”, levar em conta todo o coletivo e suas particularidades, modos de existências diferentes que trazem pontos diversos e singulares.

A ideia de projeto foi bastante disseminada pela modernidade (Harvey, 1998). Tratava-se de uma forte crença na possibilidade de se prever ou de comandar o futuro, de controlar o tempo, a história. Assim se tentava planejar a economia, a vida nas cidades, as relações sociais, o comportamento humano, a produção de subjetividade e assim por diante. Contudo, ainda segundo Harvey (1998), o sonho da planificação da sociedade e da vida foi sofrendo vários golpes, principalmente ao longo da primeira metade do século XX, até ser colocado finalmente em xeque, com o advento da reversão de todo paradigma da modernidade. Dentre tantas reversões, as noções de propósito e de projeto passam ceder espaço para suas adversárias: as noções de jogo e de acaso. No urbanismo, a partir de então, não se tratava mais de planejar a cidade e o modo de viver dos cidadãos, visando a um produto acabado, mas sim de agir no espaço urbano, em sua dinâmica, no processo de urbanização, buscando responder às demandas em constante movimento de renovação.

A assimilação das noções de acaso, de processo, de participação, de micro narrativa e tantas outras que rompiam com o paradigma da modernidade abriram caminho para, dentre outras coisas, a valorização da micropolítica e para a proliferação dos movimentos sociais e dos coletivos urbanos. Diferentemente da socialidade moderna produtora de grupos e instituições restritos orientados por propósitos racionais, bem definidos e por regras de relacionamento estabelecidas, a socialidade não regida pelo paradigma da modernidade gera associatividades abertas, mutantes, flexíveis, movidas pelo acaso mais do que por determinações. A primeira admite o planejamento. Funciona como fabricação de grupos coesos e duráveis, tal como aqueles incrustados em instituições como a escola, fábrica, o hospital e outras. A segunda não é planejada, tampouco fabricada. É uma criação no acaso da socialidade que circula às margens ou que se desprende das relações sociais instituídas.

A CIRCUS pode ser entendida como um coletivo que surge nesse espaço social à deriva que se amplia com o declínio das espacializações planejadas, racionalizadas controladas e normatizadas. Pode ser também entendida como um coletivo em constante transformação que chega a beirar o formato de organizações grupais institucionalizadas

quando se estabelece como entidade jurídica e passa a estreitar suas relações com o Estado, pela via de financiamentos. Seja como for, representa uma diferença ou acréscimo nas especializações da cidade e nos seus modos de produção de subjetividade.

À GUIA DE CONCLUSÃO: des(Caminhos)

Não pretendemos apresentar as últimas considerações como conclusões propriamente ditas. Afinal o conhecimento, mesmo tendo um foco bem preciso, como é o caso de uma pesquisa acadêmica, não se encerra, não se conclui, aliás, como tudo que se constitui no tempo. Por isso, à maneira de uma conclusão, apresentaremos nossas últimas palavras nesse texto, sintetizando o que nos ficou como principais reflexões desta pesquisa e apontando, a partir delas, novos rumos sempre em busca de outros caminhos diferentes dos instituídos ou de (des)caminhos que podem ser construídos nas caminhadas. Como disse Antônio Machado, poeta espanhol, num de seus versos que se tornou antológico, “caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar” (MACHADO, 1989).

Construindo caminhos na nossa pesquisa, acabamos traçando alguns (des) caminhos.

Descaminhos frente às correntes hegemônicas e subjetividades individualizantes, para que possamos caminhar para o alargamento das possibilidades de existências. Afinal, a resistência não se configura apenas como força que resiste, mas insiste em existir, reexiste, pois são essas resistências que multiplicam caminhos para novas (LAZARATO, 2006). Neste sentido, insurgir na cidade, promover práticas de transformação dos espaços, afirmando e recriando territórios, ao mesmo tempo implica o embate contra o sentido que caminha o poder, faz resistência frente à hegemonia deste.

As cidades estão em constante produção de materialidades e subjetividades. Acessar o discurso urbano a fim de compreender a produção de seus sentidos permite um encontro com a cidade de modo que esta seja analisada como “espaço vivido, interiorizado e projetado por todos os grupos sociais que o habitam.” (SILVA; GONZAGA, 2005, p.1) Entende-se que o espaço urbano é também uma produção de sentidos próprios que intervém nas formas de uso e de circulação recriando e redirecionando fluxos e modos de apropriação da cidade. Assim, a cidade se dá como lugar social de utilização e simbólico de produção do espaço, o que significa dizer que a cidade é lugar de sentidos múltiplos e habitada em sua diversidade.

Alguns discursos sobre a cidade são tomados como estratégia para sua apropriação. Como já discutimos anteriormente, a questão da violência urbana, por exemplo, é vista como um prestativo recurso que justifica a militarização das cidades. Isto não significa dizer que a questão da violência não seja um problema real que acomete muitas cidades do país, mas esta

não deveria ser usada como manobra para favorecer aos interesses do mercado que se utilizam deste discurso como estratégia para privatizar áreas da cidade. Este modo de operar acirra ainda mais os conflitos por espaços da cidade, reforçando a ideia de medo e insegurança, desdobrando-se no distanciamento da população dos espaços públicos.

A lógica do mercado opera no espaço de forma racional e utilitária, reforçando relações que homogeneízam a experiência com a cidade. Neste contexto, as linhas arquitetônicas conduzem a trajetos que operam de acordo com o que foi posto: um modo restrito de ocupação, que se dá de forma a homogeneizar as experiências cidadinas. O que destoia, logo é notado, pois suas formas rígidas produzem a normalidade serializada, de maneira que, o que escapa desta ordem é de pronto capturado.

Mas ao percorrermos a cidade, circularmos por ela, deparamos com encontros heterogêneos, com os descaminhos, que escapam da ordem e do controle. Na prática, a cidade não funciona limitada ao modelo na qual foi planejada. Movimentos fogem da estabilidade pretendida de seus idealizadores.

A partir desta perspectiva é possível pensar a CIRCUS como um movimento que opera na ressignificação do espaço. Sua proposta de ocupar e atuar com intervenções na cidade dá vazão a novas experiências de criação em um território. Desta maneira novas práticas insurgem criando circuitos alternativos e possibilitando a relação com o espaço-tempo para além das relações de consumo, se reportando a importância do encontro e da permanência, no lugar da instantaneidade da passagem.

Toda dinâmica do território pode ser alterada enquanto outras práticas são inscritas. A transformação dos espaços urbanos promove alterações nas rotas cotidianas, ressignificando e produzindo novos trajetos e imagens, outros sentidos e valores. A proposta coletiva de ocupação dos espaços pode se constituir como uma maneira de enfrentar a dominação mercadológica de apropriação. Manifestar de maneira contrária a essa lógica contribui para que novos modos de atuação sejam possíveis frente às capturas do sistema do capital.

Apesar de estarmos inseridos nessas linhas duras, ao nos deslocarmos pela cidade percorrendo ruas, praças, bairros, instituições de âmbito público ou privado, somos submetidos ao novo, aos acidentes que se fazem presentes nas fugas dos fluxos rotineiros nos quais emergem novos sentidos que possibilitam dar outros significados às relações. Isso permite que algumas certezas impostas sejam colocadas em xeque, “e abram espaço para um pensamento libertário, no sentido de uma crítica dos limites que a atualidade nos oferece.”

(FLORES, 2016, p.2) Deste modo, considera-se que refletir e debater propostas de coletivos que se apropriam dos espaços públicos da cidade, como lugar de referência para suas ações, pode ser um potente recurso para se pensar as dinâmicas de uso dos espaços da cidade. A prática coletiva pode se revelar como modo de criar novos processos de subjetivação que compreendam o espaço como lugar de atuação e construção de si e do mundo, de maneira que seja possível encontramos, entre muros e calçadas, linhas de fuga.

REFERÊNCIAS

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. **Cartografar é acompanhar processos**. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina, p.52-75, 2014.

CASSOLI, Tiago. **Do perigo das ruas ao risco do picadeiro: circo social e práticas educacionais não governamentais**. (2006). Dissertação (Mestrado em Psicologia) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói.

DE CERTAU, Michel. **A invenção do cotidiano, artes de fazer**. 10.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. Trad. Aurélio Guerra Meto e Celia Pinto Costa. In: _____ *Mil platôs - Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, v.1, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O liso e o estriado**. In: _____ *Mil platôs Capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Peter Pal Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, v. 5, 1997.

DUARTE, André; SANTOS, Rodrigo Ponce (2012). **A cidade como espaço de intervenção dos coletivos: resistência e novas formas de vida urbana**. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 4, set-dez, pp. 31-52.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. **O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, mai./ago. 2005.

FLOETER, Roberto de Almeida. **A eficácia do IPTU Progressivo como instrumento de planejamento urbano: a experiência do município de Assis-SP**. 2007. 129f. Dissertação (mestrado em engenharia urbana) - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

FLORES, Diego Pereira. **Mobilidade urbana e subjetividade: percursos inconclusos de criação no espaço público.** PPGP/UFF. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/476.%20mobilidade%20urbana%20e%20subjetividade.pdf>. Acesso em: 21 de jul. 2016.

FRANCO, Renato Ferreira; VAN STRALEN, Cornelis Johannes. **O espaço de habitação e sua importância para a produção de subjetividade.** Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 402-419, dez. 2012.

GOHN, Maria da Glória. MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGs NO BRASIL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO. In: Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997. p. 295-320.

GONZALES, Zuleika Köler; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **Discursos sobre juventude e práticas psicológicas: a produção dos modos de ser jovem.** Rev. Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud. Manizales, v. 6, n. 2, jun/dec, 2008.

GUATTARI, Félix. **Fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade.** Disponível em: <<http://www.caosmose.net/candido/unisinos/textos/textos/guattari.pdf>>. Acesso em: 07 de jun. 2018.

_____. Revolução molecular por toda a parte. In: _____ Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo. Seleção, tradução e prefácio de Suely Belinha Rolnik. São Paulo: Brasiliense, p.12-75, 1985.

_____. Restauração da cidade subjetiva. In: _____ Caosmose – Um novo paradigma estético. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Ana Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992.

HARVEY, David. O direito à cidade. Trad. Jair Pinheiro. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, jul./dez. 2012. p.73-89.

_____, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1998.

HORI, Paula. **Os coletivos urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações.** In: XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes: a arte de se perder na cidade.** In: JACQUES, P.; JEUDY, H. (Org.). Corpos e cenários urbanos. Trad. Rejane Janowitz. Salvador: EDUFBA, 2006.

JUSTO, José Sterza. Tempo, Espaço e Subjetividade. In:_____ Vidas errantes: Políticas de mobilidade e experiência de espaço-tempo. Londrina: eduel, 2012. p. 25-57.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Carlos Henrique Magalhães de. **A cidade em movimento: Práticas insurgentes no ambiente urbano**. Campinas: o culum ens.; v.12, n.1, p. 39-48, Jan/Jun 2015.

_____. A cidade insurgente: estratégias dos coletivos urbanos e vida pública. Rio de Janeiro: arquitetura revista, v. 10, n. 1, p. 31-36, jan/jun 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

MANAIA, Renan Saab Rodrigues. **Os espaços da prostituição: a história de Assis narrada pelos Processos Crime (1930 – 1963)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina - UEL.

MARINO, Aluísio. CULTURA, PERIFERIA E DIREITO À CIDADE: coletividade em São Paulo e Bogotá. Revista Políticas Públicas & Cidades, v.3, n.3, p.4 – 25, set/dez, 2015.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Trad. Suely Bastos. São Paulo: Lua Nova, 1989. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf>>. Acesso em: 14 de nov. 2018

MUSSI, Joana Zatz. O ESPAÇO COMO OBRA - ações, coletivos artísticos e cidade. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

NETO, João Leite Ferreira. **Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos**. Revista do Departamento de Psicologia – UFF, v. 16, n. 1, p. 111-120, 2004. Disponível em: < http://www.ichf.uff.br/publicacoes/revista-psi-artigos/2004-1_Cap7.pdf>. Acesso em: 21 jun 2016

PAIS, José Machado. Jovens e Cidadania. SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n. 49, p. 53-70, 2005.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. **A cartografia como método de pesquisa-intervenção**. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina, p.17-31, 2009.

RODRIGUES, Ana Cabral; BAPTISTA, Luís Antônio dos Santos. **Cidades imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade**. *Psicologia & Sociedade*; v. 22, n. 3, p. 422-429, 2010.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3 ed. São Paulo: editora brasiliense, 1994.

_____. **GUERRA DOS LUGARES: A Colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2015. Tese. (Livre-Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p.25-146, 1986.

_____. **Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico**. *Cadernos de Subjetividade, Núcleo de Estudos e Pesquisas de Subjetividade do Programa em Psicologia da Clínica da PUC, São Paulo*, v.1, n. 2, p. 241-45, 1993.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, v.3, 2011. p.75-144.

_____. **O papel ativo da geografia – Um Manifesto**. *Revista Território, Rio de Janeiro*, n. 9, 2000. p. 103-109.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. In: _____ *A TECNOSFERA E A PSICOSFERA*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 171.

SILVA, Bruno Spinardi. **Assis: Reconhecimentos e Ensaio**. 2014. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.

SILVA, Ricardo Siloto. **Urdiduras e tessituras urbanas**. Na história das cidades, a estruturação territorial de Assis. 1996. 351 f. Tese (doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

SILVA, Regina Helena da. **A crise do sujeito corporificado**. CORPOCIDADE 2 debates em estética urbana, 2, 2010, Salvador e Rio de Janeiro. Disponível em: < http://www.corpocidade.dan.ufba.br/2010/caderno_provocacoes.pdf > acessos em: 13 jan. 2018.

SILVA, Regina Helena Alves da; Gonzaga, Milene Migliano (2005). **Redes culturais em territórios urbanos**. Comunicação e Culturas Urbanas, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, Otávio G. (org). O fenômeno urbano, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SOUZA, Ricardo Abussafy de. **Subjetivações e tecnologias da cidadania: cartografias sobre uma rede social**. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis.

VALÉRIO, Manoela Maria. **Passagens circenses**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), São Paulo.

ZANETTI, Fernando Luiz. **A Condição da Arte e os Novos Paraísos Artificiais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCL-UNESP), Assis.

ZANETTI, Fernando Luiz. **As práticas artísticas como um princípio de governo das condutas humanas**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (FCL-UNESP), Assis.

ZAPERLON, Sandra Regina. **A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.